

**ÍNDICE**

<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b> .....	2
<b>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS</b> .....	4
<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b> .....	5
1) – CONTEXTO OPERACIONAL .....	5
2) – DESVERTICALIZAÇÃO .....	7
3) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	7
4) – DISPONIBILIDADES .....	7
5) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES .....	8
6) – CONSUMIDORES - RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA “A” .....	8
7) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES NA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (“CCEE/MAE”) .....	12
8) – DESPESAS ANTECIPADAS – CVA .....	13
9) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS .....	14
10) – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	15
11) – REAJUSTE TARIFÁRIO DIFERIDO .....	17
12) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS .....	17
13) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS .....	19
14) – INVESTIMENTOS .....	20
15) – IMOBILIZADO .....	24
16) – FORNECEDORES .....	25
17) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES .....	26
18) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES .....	27
19) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO .....	29
20) – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS .....	30
21) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	35
22) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA .....	35
23) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS .....	36
24) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL .....	36
25) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS .....	37
26) – RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS .....	38
27) – ICMS INCIDENTE SOBRE A TARIFA PELO USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO .....	39
28) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....	40
29) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	42
30) – EVENTOS SUBSEQUENTES .....	43
31) – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA .....	43
32) – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO .....	45
<b>COMENTÁRIO DE DESEMPENHO CONSOLIDADO</b> .....	46
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES</b> .....	63
<b>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL</b> .....	70

**BALANÇO PATRIMONIAL**

**ATIVO**

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2005	30/06/2005	30/09/2005	30/06/2005
<b>CIRCULANTE</b>				
Disponibilidades	1.296.924	970.968	223.956	205.940
Consumidores e Revendedores	1.320.886	1.293.113	-	-
Consumidores - Rec.Tarifária e Parcela "A"	283.411	293.563	-	-
Concessionários - Transporte de Energia	308.604	293.428	-	-
Tributos Compensáveis	301.069	258.555	165.001	152.167
Despesas Antecipadas - CVA	359.977	416.752	-	-
Revendedores - Transações no CCEE/MAE	203.585	404.434	-	-
Créditos Tributários	176.134	130.540	107.400	97.550
Créditos a Receber de Controladas	-	-	213.514	207.400
Ativo Regulatório - PIS-PASEP/COFINS	41.108	53.889	-	-
Reajuste Tarifário Diferido	242.107	115.551	-	-
Estoques	36.449	29.996	509	320
Outros	254.039	196.118	104.361	94.505
	<b>4.824.293</b>	<b>4.456.907</b>	<b>814.741</b>	<b>757.882</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>				
Contas a Receber do Governo do Estado MG	1.147.470	1.120.653	1.147.470	1.120.653
Consumidores - Rec.Tarifária e Parcela "A"	1.079.661	1.040.642	-	-
Despesas Antecipadas - CVA	51.260	106.740	-	-
Créditos Tributários	218.467	230.255	149.651	153.456
Revendedores - Transações no CCEE/MAE	327.844	260.440	-	-
Tributos Compensáveis	143.624	143.390	-	-
Depósitos Vinculados a Litígios	95.916	90.442	88.205	88.084
Consumidores e Revendedores	67.648	71.107	-	-
Ativo Regulatório - PIS-PASEP/COFINS	399.465	341.107	-	-
Reajuste Tarifário Diferido	917.976	1.059.226	-	-
Créditos com Pessoas Ligadas	-	-	40.729	116.719
Outros	17.070	34.583	5.110	5.280
	<b>4.466.401</b>	<b>4.498.585</b>	<b>1.431.165</b>	<b>1.484.192</b>
<b>PERMANENTE</b>				
Investimentos	999.705	989.592	7.224.715	6.768.781
Imobilizado	8.691.913	8.345.180	7.572	8.539
Diferido	17.559	17.368	-	-
	<b>9.709.177</b>	<b>9.352.140</b>	<b>7.232.287</b>	<b>6.777.320</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>18.999.871</b>	<b>18.307.632</b>	<b>9.478.193</b>	<b>9.019.394</b>

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

**BALANÇO PATRIMONIAL**

**PASSIVO**

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2005	30/06/2005	30/09/2005	30/06/2005
<b>CIRCULANTE</b>				
Empréstimos e Financiamentos	376.143	475.159	4.907	1.085
Debêntures	608.143	493.421	-	-
Fornecedores	611.975	723.189	4.410	1.481
Impostos, Taxas e Contribuições	694.106	411.117	25.628	135.348
Dividendos a Pagar	589.419	587.166	262.531	260.278
Salários e Encargos Sociais	170.461	158.424	8.904	8.562
Encargos Regulatórios	106.497	102.854	-	-
Participações nos Lucros	62.979	45.050	4.609	5.623
Dívidas com Pessoas Ligadas	-	-	-	3.288
Obrigações Pós-Emprego	122.202	120.502	6.012	5.929
Outras Obrigações	362.476	285.232	18.249	19.426
	<b>3.704.401</b>	<b>3.402.114</b>	<b>335.250</b>	<b>441.020</b>
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>				
Empréstimos e Financiamentos	2.858.908	2.720.016	73.587	73.587
Debêntures	812.092	824.541	-	-
Provisões para Contingências	468.387	422.742	466.713	422.193
Obrigações Pós-Emprego	1.367.098	1.390.066	65.132	66.265
Fornecedores - Suprimento	338.957	240.409	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	848.845	1.103.416	81.887	6.325
Despesas Antecipadas - CVA	32.192	73.627	-	-
Outras Obrigações	93.991	101.074	40	30
	<b>6.820.470</b>	<b>6.875.891</b>	<b>687.359</b>	<b>568.400</b>
<b>PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS</b>	<b>19.416</b>	<b>19.653</b>	-	-
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Capital Social	1.621.538	1.621.538	1.621.538	1.621.538
Reservas de Capital	4.059.345	4.059.345	4.059.345	4.059.345
Reservas de Lucros	2.774.701	2.329.091	2.774.701	2.329.091
	<b>8.455.584</b>	<b>8.009.974</b>	<b>8.455.584</b>	<b>8.009.974</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>18.999.871</b>	<b>18.307.632</b>	<b>9.478.193</b>	<b>9.019.394</b>

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**  
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	30/09/2005	30/09/2004	30/09/2005	30/09/2004
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	6.697.630	6.348.074	-	6.290.068
Reajuste Tarifário Diferido	591.010	329.192	-	329.192
Receita de Uso da Rede	1.148.976	182.597	-	182.597
Outras Receitas Operacionais	308.598	426.474	1.777	49.624
	<b>8.746.214</b>	<b>7.286.337</b>	<b>1.777</b>	<b>6.851.481</b>
Deduções da Receita Bruta	(2.413.171)	(2.186.972)	(18)	(2.095.828)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>6.333.043</b>	<b>5.099.365</b>	<b>1.759</b>	<b>4.755.653</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>				
Custos com Energia Elétrica e Gás				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.187.747)	(1.075.463)	-	(1.075.399)
Encargos Uso da Rede Básica Transmissão	(556.466)	(398.880)	-	(398.879)
Gás Comprado para Revenda	(115.896)	(216.190)	-	-
	(1.860.109)	(1.690.533)	-	(1.474.278)
Custo de operação				
Pessoal	(607.358)	(494.460)	-	(493.927)
Entidade de Previdência Privada	(105.099)	(62.896)	-	(62.896)
Materiais	(61.821)	(60.251)	-	(60.164)
Serviços de Terceiros	(231.466)	(168.477)	-	(167.395)
Depreciação e Amortização	(413.347)	(390.889)	-	(384.531)
Reversão (Provisões) Operacionais	(30.290)	(41.262)	-	(48.232)
Comp Financ pela Utilização Rec Hídricos	(110.340)	(66.957)	-	(65.873)
Quota para Conta Consumo de Combustível	(305.104)	(219.384)	-	(219.384)
Conta de Desenvolvimento Energético CDE	(219.546)	(164.857)	-	(164.857)
Provisão para perdas RTE	-	(6.970)	-	-
Outras	(133.054)	(60.235)	-	(59.593)
	(2.217.425)	(1.736.638)	-	(1.726.852)
<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>(4.077.534)</b>	<b>(3.427.171)</b>	<b>-</b>	<b>(3.201.130)</b>
<b>Resultado Bruto</b>	<b>2.255.509</b>	<b>1.672.194</b>	<b>1.759</b>	<b>1.554.523</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	-	-	-	-
Com Vendas	(99.099)	(215.378)	-	(215.378)
Gerais e Administrativas	(159.649)	(114.940)	(92.233)	(114.940)
Outras Despesas Operacionais	(69.936)	(72.518)	-	-
	<b>(328.684)</b>	<b>(402.836)</b>	<b>(92.233)</b>	<b>(330.318)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	(20.025)	(148.496)	(151.402)	(149.107)
<b>RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL</b>	-	-	1.491.146	24.698
<b>Resultado Operacional</b>	<b>1.906.800</b>	<b>1.120.862</b>	<b>1.249.270</b>	<b>1.099.796</b>
Resultado Não Operacional	(38.715)	(12.390)	(11.462)	(12.383)
<b>Resultado Antes Tributação/Participações</b>	<b>1.868.085</b>	<b>1.108.472</b>	<b>1.237.808</b>	<b>1.087.413</b>
Provisão para IR e Contribuição Social	(664.666)	(473.982)	(33.608)	(452.572)
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	283.000	300.000	283.000	300.000
Participações Minoritárias	781	351	-	-
<b>LUCRO DO PERÍODO</b>	<b>1.487.200</b>	<b>934.841</b>	<b>1.487.200</b>	<b>934.841</b>
<b>LUCRO DO PERÍODO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R\$</b>			<b>9,18</b>	<b>5,77</b>

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

### 1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais, “CEMIG” ou “Controladora”, sociedade de capital aberto, certificado GEMEC/RCA-200-75/109, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, atua única e exclusivamente como Holding a partir de 1º de janeiro de 2005, com participação societária em empresas controladas individualmente e em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A CEMIG possui participação societária nas seguintes empresas em operação em 30 de setembro de 2005:

- Cemig Geração e Transmissão S.A. (controlada - participação de 100,00%) – seus principais objetivos sociais são geração e transmissão de energia elétrica, através de 45 usinas, sendo 42 usinas hidrelétricas, 1 eólica e 2 termelétricas e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão;
- Cemig Distribuição S.A. (controlada - participação de 100,00%) – seu principal objetivo social é a distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição em aproximadamente 97,00% do estado de Minas Gerais;
- Sá Carvalho S.A. (controlada - participação de 100,00%) – seus principais objetivos sociais são: produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica de Sá Carvalho;
- Usina Térmica Ipatinga S.A. (controlada - participação de 100,00%) – seus principais objetivos sociais são: produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da usina térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS;
- Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG (“GASMIG”) (controlada em conjunto - participação de 55,19%) – seus principais objetivos sociais são: aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. A CEMIG alienou 40% de sua participação na GASMIG em 2004;
- Empresa de Infovias S.A. (“Infovias”) (controlada - participação de 99,94%) – seus principais objetivos sociais são: prestação e exploração de serviço especializado na área de telecomunicações, por meio de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços). A Infovias detém uma participação de 69,25% no capital da Way TV Belo Horizonte S.A., que atua na exploração de serviços de televisão a cabo e Internet em determinadas cidades do Estado de Minas Gerais;
- Efficientia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – seus principais objetivos sociais são: a prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas através de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;

- Horizontes Energia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – seus principais objetivos sociais são: produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;
- Central Termelétrica de Cogeração S.A. (controlada - participação de 100,00%) – seus principais objetivos sociais são: produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da Vallourec & Mannesmann Tubes, no Estado de Minas Gerais;
- Rosal Energia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – seus principais objetivos sociais são: produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica Rosal localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.
- Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Suas principais atividades são a produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente.

A CEMIG ainda possui participação societária nas empresas relacionadas abaixo, em fase pré-operacional em 30 de setembro de 2005:

- Cemig PCH S.A., Cemig Capim Branco Energia S.A. e UTE Barreiro S.A. (controladas - participação de 100,00%) – Estas empresas terão por objetivos sociais a produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente;
- Cemig Trading S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Seu principal objetivo social será a comercialização e intermediação de negócios relacionados a energia;
- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (controlada em conjunto - participação de 51,00%) – Esta empresa será responsável pela construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta 345 kV;
- Companhia Transleste de Transmissão (controlada em conjunto - participação de 25,00%) – Esta empresa será responsável pela construção e operação da linha de transmissão de 345 kV conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina hidrelétrica de Irapé;
- Companhia Transudeste de Transmissão (controlada em conjunto - participação de 24,00%) – Esta empresa será responsável pela construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de Fora 345 kV;
- Companhia Transirapé de Transmissão (controlada em conjunto - participação de 24,40%) – Esta empresa será responsável pela construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – Lote B - LT Irapé – Araçuaí 230 kV.

## 2) – DESVERTICALIZAÇÃO

A CEMIG constituiu as subsidiárias integrais, CEMIG Geração e Transmissão S.A. e CEMIG Distribuição S.A., para desenvolver as suas atividades no negócio de energia elétrica a partir de 1º de janeiro de 2005.

A Assembléia Geral Extraordinária da CEMIG em 30 de dezembro de 2004 autorizou a transferência, a partir de 1º de janeiro de 2005, dos ativos constantes do Imobilizado em Serviço e parte das obrigações e direitos relacionados às atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica para as subsidiárias integrais constituídas.

A transferência dos demais direitos e obrigações foi efetuada através de adiantamento para futuro aumento de capital em 1º de janeiro de 2005. A integralização ao capital foi aprovada pela Assembléia de Acionistas em 29 de julho de 2005.

A homologação definitiva pela ANEEL da transferência das concessões de geração está em processo de aprovação, sendo que para as concessões de transmissão e distribuição já foi aprovada.

## 3) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As informações trimestrais foram elaboradas seguindo princípios, métodos e critérios contábeis uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social.

Foram consolidadas as demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto mencionadas na Nota Explicativa nº 1, sendo que as controladas em conjunto foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das demonstrações financeiras das investidas.

As datas das demonstrações financeiras das sociedades investidas utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da controladora.

## 4) – DISPONIBILIDADES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2005	30/06/2005	30/09/2005	30/06/2005
Contas Bancárias	47.283	65.892	971	4.312
Aplicações Financeiras				
Certificado de Depósito Bancário	1.249.641	905.076	222.985	201.628
	<u>1.296.924</u>	<u>970.968</u>	<u>223.956</u>	<u>205.940</u>

## 5) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Consolidado							
	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias		Vencidos há mais de 90 dias		Total	
	09/2005	06/2005	09/2005	06/2005	09/2005	06/2005	30/09/2005	30/06/2005
Residencial	331.494	310.803	67.973	49.457	92.092	97.534	491.559	457.794
Industrial	176.325	285.873	37.733	52.676	215.821	160.658	429.879	499.207
Comércio, Serviços e Outras	168.510	147.196	23.884	23.453	94.064	79.389	286.458	250.038
Rural	57.392	41.125	6.931	5.424	17.913	17.496	82.236	64.045
Poder Público	39.247	33.205	4.037	4.309	21.184	26.379	64.468	63.893
Iluminação Pública	64.101	55.019	3.864	3.112	8.842	10.421	76.807	68.552
Serviço Público	35.931	25.335	879	720	9.364	10.272	46.174	36.327
<b>Subtotal – Consumidores</b>	<b>873.000</b>	<b>898.556</b>	<b>145.301</b>	<b>139.151</b>	<b>459.280</b>	<b>402.149</b>	<b>1.477.581</b>	<b>1.439.856</b>
Suprimento a Outras Concessionárias	53.485	31.147	-	-	-	-	53.485	31.147
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(210.180)	(177.890)	(210.180)	(177.890)
	<b>926.485</b>	<b>929.703</b>	<b>145.301</b>	<b>139.151</b>	<b>249.100</b>	<b>224.259</b>	<b>1.320.886</b>	<b>1.293.113</b>

Classe de Consumidor	Controladora							
	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias		Vencidos há mais de 90 dias		Total	
	09/2005	06/2005	09/2005	06/2005	09/2005	06/2005	30/09/2005	30/06/2005
Residencial	-	-	-	-	34.653	36.750	34.653	36.750
Industrial	-	-	-	-	45.699	48.464	45.699	48.464
Comércio, Serviços e Outras	-	-	-	-	21.595	22.902	21.595	22.902
Rural	-	-	-	-	4.748	5.035	4.748	5.035
Poder Público	-	-	-	-	14.400	15.271	14.400	15.271
Iluminação Pública	-	-	-	-	2.577	2.733	2.577	2.733
Serviço Público	-	-	-	-	1.603	1.701	1.603	1.701
<b>Subtotal – Consumidores</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>125.275</b>	<b>132.856</b>	<b>125.275</b>	<b>132.856</b>
Suprimento a Outras Concessionárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(125.275)	(132.856)	(125.275)	(132.856)
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 6) – CONSUMIDORES - RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA “A”

### a) Recomposição Tarifária Extraordinária

A Resolução nº 91 da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, de 21 de dezembro de 2001 e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceram os procedimentos para implementação da RTE, com entrada em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001. Os reajustes tarifários foram definidos através da Resolução nº 130 da GCE, em 30 de abril de 2002, conforme segue:

- Reajuste de 2,90% para os consumidores das classes residencial (excluindo os consumidores de baixa renda), rural, iluminação pública e consumidores industriais de alta tensão em que o custo de energia elétrica represente 18,00% ou mais do custo médio de produção e que atendam a determinados requisitos relacionados com fator de carga e demanda de energia, especificados na Resolução.
- Reajuste de 7,90% para os demais consumidores.

A RTE mencionada está sendo utilizada para compensação dos itens a seguir:

- Perdas com faturamento no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, correspondendo à diferença entre a receita estimada da CEMIG, caso não houvesse sido implementado o Programa de Racionamento, e a receita verificada sob a vigência do mesmo, conforme fórmula divulgada pela ANEEL. Não foram incluídas na apuração deste valor as eventuais perdas com inadimplência de consumidores, as quais não se espera serem relevantes, e o ICMS.
- Repasse a ser efetuado às geradoras que compraram energia no MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE/MAE"), no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, com preço excedente ao valor de R\$49,26/MWh ("energia livre"). Como a Cemig Distribuição S.A. é apenas uma repassadora às geradoras dos valores recebidos, foram incluídos neste saldo os tributos e outros encargos regulatórios incidentes sobre a receita. Quando do repasse às geradoras, são deduzidos os impostos e encargos regulatórios mencionados.

Conforme Resolução Normativa nº 1 da ANEEL, de 12 de janeiro de 2004, a RTE da CEMIG teve seu prazo de duração máximo alterado de 82 para 74 meses, passando a vigorar no período de janeiro de 2002 a fevereiro de 2008. A CEMIG elaborou estudo para verificar se o prazo estipulado de 74 meses seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL. Na elaboração deste estudo foram consideradas determinadas premissas, sendo as mais relevantes àquelas referentes às projeções de reajustes tarifários, taxas de inflação, SELIC e crescimento do mercado de energia.

Com base no estudo, foi estimada em R\$186.531 a provisão para perdas da CEMIG na realização dos valores da RTE em 30 de setembro de 2005.

Considerando que as premissas utilizadas nesse estudo poderão sofrer alterações ao longo do prazo de recuperação, a Administração revisará periodicamente essas projeções e, conseqüentemente, a provisão constituída.

A recuperação dos créditos através da RTE, conforme Resolução Normativa nº 45, de 3 de março de 2004, é efetuada na proporção de 64,29% e 35,71% para os créditos referentes às perdas com faturamento e energia livre, respectivamente.

Os créditos da RTE estão sendo atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

Até o trimestre anterior, 18,00% dos créditos de energia livre não estavam sendo atualizados em função das diversas ações judiciais movidas por companhias geradoras e distribuidoras, inclusive a CEMIG, questionando os valores divulgados pela CCEE/MAE. Tendo em vista que a CEMIG e a maior parte das demais empresas retiraram as suas ações da justiça, a Companhia passou, a partir do 3º trimestre de 2005, a atualizar integralmente os créditos da RTE referentes a energia livre.

O ICMS incidente sobre o saldo consolidado da RTE, correspondente às receitas a serem faturadas, o qual é estimado em R\$208.993 em 30 de setembro de 2005 (R\$207.747 em 30 de junho de 2005), somente é devido por ocasião da emissão da respectiva fatura de energia elétrica aos consumidores. A CEMIG, neste sentido, atua como mera repassadora do referido tributo entre os consumidores e a Receita Estadual e, portanto, não efetuou o registro antecipado da referida obrigação.

**b) Parcela “A”**

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Através da Resolução Normativa nº 1, de 12 de janeiro de 2004, a ANEEL definiu que os valores das variações nos itens não gerenciáveis da Parcela “A” deixariam de ser incluídos no prazo limite de vigência da RTE, sendo que sua recuperação será iniciada imediatamente após o final da vigência da RTE, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTE continuará em vigor para compensação dos itens da Parcela “A”.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

**c) Composição dos saldos da RTE e Parcela “A”**

	Controladora			
	30/09/2005			30/06/2005
	Principal	Atualização pela SELIC	Total	Total
Recomposição das perdas com faturamento (1)	150.000	21.175	171.175	163.419
Reembolso dos gastos com energia livre dos geradores (2)	13.456	1.900	15.356	14.660
( - ) Provisão para perdas na realização dos itens da RTE	<u>(163.456)</u>	<u>(23.075)</u>	<u>(186.531)</u>	<u>(178.079)</u>
Total da RTE	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

	<b>Consolidado</b>			
	<b>30/09/2005</b>			<b>30/06/2005</b>
	<b>Principal</b>	<b>Atualização pela SELIC</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
Recomposição das perdas com faturamento (1)	876.847	519.094	1.395.941	1.362.902
Valores arrecadados	<u>(440.696)</u>	<u>(301.895)</u>	<u>(742.591)</u>	<u>(698.438)</u>
	436.151	217.199	653.350	664.464
Reembolso dos gastos com energia livre dos geradores (2)	442.717	186.086	628.803	579.728
Valores arrecadados	<u>(181.691)</u>	<u>(77.959)</u>	<u>(259.650)</u>	<u>(235.126)</u>
	261.026	108.127	369.153	344.602
( - ) Provisão para perdas na realização dos itens da RTE	<u>(163.456)</u>	<u>(23.075)</u>	<u>(186.531)</u>	<u>(178.079)</u>
<b>Total da RTE</b>	<u><b>533.721</b></u>	<u><b>302.251</b></u>	<u><b>835.972</b></u>	<u><b>830.987</b></u>
Compensação dos itens da Parcela "A" (3)	245.299	281.801	527.100	503.218
<b>Total da RTE e da Parcela "A"</b>	<u><b>779.020</b></u>	<u><b>584.052</b></u>	<u><b>1.363.072</b></u>	<u><b>1.334.205</b></u>
Curto Prazo			283.411	293.563
Longo Prazo			<u>1.079.661</u>	<u>1.040.642</u>

Os valores da RTE a serem repassados aos geradores referentes à energia livre, registrados no Passivo, na conta de Fornecedores, são como segue:

	<b>Consolidado</b>			
	<b>30/09/2005</b>			<b>30/06/2005</b>
	<b>Principal</b>	<b>Atualização pela SELIC</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
Valores a serem repassados aos geradores (2)	419.229	178.259	597.488	550.584
( - ) Repasses realizados	<u>(163.286)</u>	<u>(69.431)</u>	<u>(232.717)</u>	<u>(207.375)</u>
	<u><b>255.943</b></u>	<u><b>108.828</b></u>	<u><b>364.771</b></u>	<u><b>343.209</b></u>
Passivo Circulante			104.922	102.800
Exigível a Longo Prazo			<u>259.849</u>	<u>240.409</u>

(1) Valores homologados através das Resoluções ANEEL nºs 480 e 481 de 2002 e 001 de 2004.

(2) Valores homologados através das Resoluções ANEEL nºs 001 e 045 de 2004.

(3) Valores homologados através das Resoluções ANEEL nºs 482 de 2002 e 001 de 2004.

**7) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES NA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (“CCEE/MAE”)**

As obrigações e direitos da Companhia referentes às transações no âmbito da CCEE/MAE estão demonstrados como segue:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2005</b>	<b>30/06/2005</b>
<b>ATIVO</b>		
<b>Circulante</b>		
Revendedores – Transações no CCEE/MAE	203.585	404.434
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		
Revendedores – Transações no CCEE/MAE	327.844	260.440
	<b>531.429</b>	<b>664.874</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	62.455	190.329
<b>Exigível a Longo Prazo</b>		
Fornecedores	79.108	-
	<b>141.563</b>	<b>190.329</b>

Os valores registrados no Ativo referem-se à diferença entre os preços pagos pela CEMIG nas transações com energia na CCEE/MAE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e o valor de R\$49,26/MWh, que deverá ser ressarcido através dos montantes arrecadados por meio da RTE, conforme definido no Acordo Geral do Setor Elétrico.

Conforme Resolução ANEEL nº 36, de 29 de janeiro de 2003, as distribuidoras de energia elétrica arrecadam e repassam os valores obtidos mensalmente através da RTE aos geradores e distribuidores com valores a receber, entre os quais está incluída a CEMIG, desde março de 2003.

Algumas distribuidoras não estavam repassando os valores da RTE arrecadada para a Companhia por interpretarem, com base no Art.9º da Resolução ANEEL nº 36 e Nota Técnica ANEEL nº 004/2003, que a CEMIG, por estar questionando judicialmente a metodologia de cálculo de suas obrigações na CCEE/MAE, estaria também questionando o Acordo Geral do Setor Elétrico. Por este motivo, as distribuidoras estariam impedidas de efetuar o referido repasse à CEMIG.

Desta forma, a Administração decidiu pela retirada das ações judiciais e acordar com os demais agentes da CCEE/MAE o pagamento das obrigações, com base no critério original definido pela ANEEL. Os valores referentes a esta obrigação já estavam substancialmente provisionados nas demonstrações financeiras.

Os principais termos e conseqüências do acordo mencionado foram os seguintes:

- Os valores provisionados referentes a obrigação junto a CCEE/MAE, no montante de R\$142.560, foram atualizados pelo IGP-M a partir de julho de 2003;

- ❑ A CEMIG iniciou, no 3º trimestre de 2005, a liquidação dos débitos mencionados no parágrafo anterior, no prazo de até 50 meses, com atualização pela variação da SELIC e 1,00% de juros ao ano;
- ❑ As distribuidoras efetuaram, no 3º trimestre de 2005, o repasse à CEMIG de parte dos valores retidos, no montante aproximado de R\$143 milhões.

As obrigações e direitos da CEMIG no âmbito da CCEE/MAE são atualizados pela variação da SELIC acrescidos de 1,00% de juros ao ano.

Até o trimestre anterior, 18,00% dos créditos de energia livre não estavam sendo atualizados em função das diversas ações judiciais movidas por companhias geradoras e distribuidoras, inclusive a CEMIG, questionando os valores divulgados pela CCEE/MAE. Tendo em vista que a CEMIG e a maior parte das demais empresas retiraram as suas ações da justiça, a Companhia passou, a partir do 3º trimestre de 2005, a atualizar integralmente os créditos da RTE referentes a energia livre.

A conclusão de alguns processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE/MAE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

#### **8) – DESPESAS ANTECIPADAS – CVA**

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela “A” – CVA refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da CEMIG, utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Excepcionalmente, o Governo Federal, através da Portaria Interministerial nº 116, de 4 de abril de 2003, postergou por 12 meses a compensação das variações da CVA apuradas de 10 de março de 2002 a 9 de março de 2003, que deveriam ser compensadas a partir do reajuste tarifário de 8 de abril de 2003.

Adicionalmente, ficou estabelecido naquela Portaria que o saldo da CVA, cuja compensação foi adiada, seria compensado nas tarifas de fornecimento de energia elétrica pelo prazo de 24 meses, contados a partir do reajuste aplicado sobre as tarifas em 8 de abril de 2004.

A Resolução Normativa ANEEL nº 153, de 14 de março de 2005, estabeleceu novos critérios para cálculo das variações da CVA referente à compra de energia. A Resolução mencionada determinou que a partir de sua vigência, retroativa a 29 de novembro de 2004, não seja mais calculada, de forma distinta, as variações referente a compra de energia de Itaipu. Desta forma, são apuradas, a partir da data da vigência da Resolução, as variações da CVA referente a compra total de energia da Companhia (Itaipu, contratos iniciais, leilão de energia e outras origens).

A composição dos saldos registrados é como segue:

	<b>Consolidado</b>			
	<b>30/09/2005</b>		<b>30/06/2005</b>	
	<b>CVA a ser compensada de 08/04/05 a 07/04/2006</b>	<b>CVA a ser compensada a partir de 08/04/2006 (*)</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
Tarifa de compra de energia elétrica de Itaipu	143.117	-	143.117	147.897
Quota para a Conta de Consumo de Combustíveis – CCC	(9.479)	15.337	5.858	4.618
Encargo de Serviço do Sistema – ESS	88.779	8.559	97.338	90.764
Tarifa de transporte de energia elétrica de Itaipu	7.857	843	8.700	9.307
Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica	104.247	505	104.752	92.050
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	23.840	-	23.840	26.412
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	23.333	(4.294)	19.039	30.252
Compra de Energia	(39.358)	15.759	(23.599)	48.565
	<b>342.336</b>	<b>36.709</b>	<b>379.045</b>	<b>449.865</b>
Ativo Líquido – Curto Prazo			359.977	416.752
Ativo – Longo Prazo			51.260	106.740
Passivo – Longo Prazo			(32.192)	(73.627)

(\*) Valores de CVA apurados a partir de 10 de março de 2005 e que serão repassados para a tarifa no reajuste de 8 de abril de 2006.

Os valores demonstrados na tabela acima são atualizados pela variação da SELIC entre a data do pagamento da despesa e a sua efetiva compensação no reajuste tarifário.

## 9) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>30/09/2005</b>	<b>30/06/2005</b>	<b>30/09/2005</b>	<b>30/06/2005</b>
<b>Curto Prazo</b>				
ICMS a Recuperar	66.593	50.654	3.598	3.595
Imposto de Renda	191.728	174.959	143.279	131.805
Contribuição Social	27.521	23.409	13.234	11.959
Outros	15.227	9.533	4.890	4.808
	<b>301.069</b>	<b>258.555</b>	<b>165.001</b>	<b>152.167</b>
<b>Longo Prazo</b>				
ICMS a Recuperar	143.624	143.390	-	-
	<b>444.693</b>	<b>401.945</b>	<b>165.001</b>	<b>152.167</b>

Os créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se basicamente a valores apurados na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ de exercícios anteriores, que poderão ser compensados durante o exercício de 2005.

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, são compensados em 48 meses, conforme Lei Complementar 102/00. Adicionalmente, encontra-se registrado o montante de R\$20.088, referente a créditos de ICMS cuja compensação está sendo discutida judicialmente com o Governo do Estado de Minas Gerais.

## 10) – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Créditos Tributários:

A CEMIG e suas Controladas possuem créditos tributários registrados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2005	30/06/2005	30/09/2005	30/06/2005
Créditos Tributários sobre-				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	34.556	31.088	19.867	17.573
Obrigações Pós-Emprego	-	4.854	-	4.854
Provisão para Contingências	119.966	107.396	119.403	107.215
Provisão para Perdas na Realização dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	63.420	60.547	63.420	60.547
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	78.295	60.138	42.594	44.446
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	72.992	73.020	6.278	6.013
Outros	25.372	23.752	5.489	10.358
	<b>394.601</b>	<b>360.795</b>	<b>257.051</b>	<b>251.006</b>
Curto Prazo	176.134	130.540	107.400	97.550
Longo Prazo	218.467	230.255	149.651	153.456

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 07 de março de 2005, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores da CEMIG referente a projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. Referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal da CEMIG em 07 de março de 2005.

Conforme as estimativas individuais da CEMIG e suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 30 de setembro de 2005, conforme estimativa a seguir:

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
2005	119.696	88.746
2006	75.251	24.872
2007	56.403	24.896
2008	36.278	29.210
2009	96.736	89.005
2010	10.237	322
	-	-
	<u>394.601</u>	<u>257.051</u>

A CEMIG possui, em 30 de setembro de 2005, créditos tributários não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, no montante de R\$13.701 (R\$9.602 em 30 de junho de 2005). A Administração acredita que determinadas obrigações, pela sua natureza, serão realizadas em um prazo superior a 10 anos. Para estes casos, o respectivo crédito tributário não foi reconhecido.

A controlada Infovias possui, em 30 de setembro de 2005, créditos tributários não reconhecidos em suas demonstrações financeiras no montante de R\$18.306 (R\$22.161 em 30 de junho de 2005), em conformidade com estudos de recuperação com base em projeção de resultados futuros aprovada pelo Conselho de Administração daquela Sociedade e os termos da Instrução CVM nº 371/2002.

**b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:**

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>30/09/2005</u>	<u>30/09/2004</u>	<u>30/09/2005</u>	<u>30/09/2004</u>
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.868.085	1.108.472	1.237.808	1.087.413
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(635.149)	(376.880)	(420.855)	(369.720)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Provisão para perda sobre as Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	(46.230)	(87.468)	(46.230)	(87.468)
Provisão referente à Contribuição Social sobre Correção Monetária Complementar	-	(2.498)	-	(2.498)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	424.030	5.517
Contribuições e Doações Indedutíveis	(3.199)	(2.964)	(126)	(2.964)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	11.957	-	13.701	-
Incentivos Fiscais	2.836	2.937	17	2.937
Outros	5.119	(7.109)	(4.145)	1.624
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva</b>	<u><b>(664.666)</b></u>	<u><b>(473.982)</b></u>	<u><b>(33.608)</b></u>	<u><b>(452.572)</b></u>

## 11) – REAJUSTE TARIFÁRIO DIFERIDO

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 71, publicada de forma retroativa a 4 de abril de 2004, definiu os resultados da revisão tarifária periódica da Cemig Distribuição.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica em nível compatível com a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, proporcionando receita suficiente para a cobertura de custos operacionais eficientes e a remuneração adequada dos investimentos.

O reajuste médio aplicado às tarifas da CEMIG em 8 de abril de 2003, em caráter provisório, foi de 31,53%. Entretanto, conforme descrito na resolução mencionada, o reposicionamento tarifário definitivo para a CEMIG deveria ter sido de 44,41%. A diferença percentual de 12,88% será compensada através de um acréscimo de R\$301.334, a valores de abril de 2003, em cada um dos reajustes tarifários previstos para ocorrerem de 2004 a 2007, cumulativamente.

O reajuste aplicado às tarifas da CEMIG em 8 de abril de 2004 incluiu um percentual adicional de 2,91%, que corresponde a R\$159.388. Como o valor da 1ª parcela deveria ter sido de R\$301.334, a diferença de R\$141.946 será compensada nos reajustes tarifários de 2005 a 2007.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a Cemig Distribuição tem direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores foi reconhecida como um ativo regulatório, em contrapartida ao resultado do exercício.

Os valores referentes ao reajuste tarifário diferido são atualizados monetariamente pelo IGP-M acrescidos de juros de 11,26% a.a..

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2005</b>	<b>30/06/2005</b>
Reajuste Tarifário Diferido – Desde 08/04/2003	895.336	924.746
Custo Médio Ponderado de Capital (definido pela ANEEL – 11,26% a.a.)	175.594	144.263
Atualização Monetária – IGP-M	89.153	105.768
	<b><u>1.160.083</u></b>	<b><u>1.174.777</u></b>
Curto Prazo	242.107	115.551
Longo Prazo	<u>917.976</u>	<u>1.059.226</u>

Adicionalmente, foram reconhecidos os impostos diferidos incidentes sobre a receita registrada, cujo saldo em 30 de setembro é de R\$440.573.

## 12) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O saldo credor remanescente da Conta de Resultado a Compensar - CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, através de um contrato de cessão de créditos, de acordo com a Lei nº 8.724/93, com amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária.

Desde a assinatura do contrato original, ocorreram os seguintes aditivos:

**a) Primeiro Aditivo ao Termo de Contrato de Cessão da CRC, assinado em 24 de janeiro de 2001.**

O objetivo deste aditivo foi a substituição do índice de atualização monetária do contrato, de UFIR para o IGP-DI, a partir de novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

**b) Segundo Aditivo ao Termo de Contrato de Cessão da CRC, assinado em 14 de outubro de 2002.**

Refere-se às 149 parcelas do contrato original, com vencimento de 1º de janeiro de 2003 a 1º de maio de 2015, no valor total de R\$1.980.863 a preços de 30 de setembro de 2005, com juros de 6% ao ano e atualização monetária pela variação do IGP-DI.

Em decorrência da não inclusão, no Segundo Aditivo, de garantias efetivas que assegurem o recebimento dos valores registrados, a CEMIG constituiu uma provisão para perdas, no exercício de 2002, correspondente ao montante integral do aditivo em referência.

Devido a provisão integral para perdas constituída em 1º de abril de 2002, a receita financeira com atualização monetária e juros incidentes sobre o Segundo Aditivo, no montante de R\$935.538, a partir daquela data, não impactou os resultados dos respectivos exercícios, considerando que foram constituídas provisões para perdas de igual valor. Entretanto, em atendimento à legislação tributária brasileira, a CEMIG reconheceu os tributos federais a pagar incidentes sobre as receitas financeiras mencionadas.

As provisões constituídas são consideradas permanentemente indedutíveis para efeitos fiscais de acordo com a legislação tributária brasileira.

As Parcelas do referido aditivo contratual com vencimento de 1º de janeiro de 2003 a 1º de outubro de 2005, no montante de R\$659.619, incluindo atualização monetária, juros e multa, não foram liquidadas.

**c) Terceiro Aditivo ao Termo de Contrato de Cessão da CRC, assinado em 24 de outubro de 2002.**

As parcelas do contrato original com vencimento de 1º de abril de 1999 a 1º de dezembro de 1999 e de 1º de março de 2000 a 1º de dezembro de 2002, foram repactuadas com o Governo do Estado de Minas Gerais, com juros de 12% a.a. e atualização monetária pela variação do IGP-DI, a serem amortizadas através de 149 parcelas mensais e consecutivas, de janeiro de 2003 a maio de 2015. O valor deste aditivo em 30 de setembro de 2005 é de R\$1.147.470 (R\$1.120.653 em 30 de junho de 2005), incluindo juros e multa sobre as parcelas em atraso.

Incluiu-se no aditivo contratual a garantia de retenção de dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos pela CEMIG ao Governo do Estado de Minas Gerais, na condição de acionista da Companhia, líquidos de valor a ser destinado à compra de debêntures da Cemig Geração e Transmissão, emitidas em conexão com a construção da usina de Irapé. Esta garantia permanecerá em vigor mesmo após o vencimento contratado no Terceiro Aditivo, previsto para maio de 2015.

Parte da parcela vencida em 1º de outubro de 2003 e as parcelas subseqüentes do Terceiro Aditivo Contratual com vencimento até 1º de outubro de 2005, no montante de R\$354.369, incluindo atualização monetária, juros e multa, não foram liquidadas.

As projeções de resultado futuro da CEMIG indicam que os dividendos atribuíveis ao Governo do Estado de Minas Gerais serão, no longo prazo, suficientes para assegurar a recuperação integral dos créditos correspondentes ao Terceiro Aditivo contratual, no caso de inadimplência do devedor.

Os eventos futuros que possam impactar o fluxo de dividendos previstos pela CEMIG são permanentemente monitorados pela Administração, no sentido de analisar se a referida garantia é efetiva ou se existirá a necessidade de constituição de provisão para perdas com esse ativo.

#### **d) Composição do saldo da CRC**

<b>Aditivo contratual</b>	<b>Valores a vencer</b>	<b>Valores em atraso até 30.09.2005</b>	<b>Total</b>	<b>Provisão para perdas</b>	<b>Valor líquido registrado</b>
Segundo Aditivo Contratual	1.336.598	644.265	1.980.863	(1.980.863)	-
Terceiro Aditivo Contratual	804.689	342.781	1.147.470	-	1.147.470
	<b>2.141.287</b>	<b>987.046</b>	<b>3.128.333</b>	<b>(1.980.863)</b>	<b>1.147.470</b>

Dos dividendos e juros sobre o capital próprio registrados no Passivo Circulante consolidado, R\$140.201 são devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais, dos quais R\$22.500 referem-se a parcela dos dividendos destinados à aquisição, pelo Estado de Minas Gerais, das debêntures da usina de Irapé. Conforme mencionado anteriormente, a CEMIG tem o direito de reter o valor remanescente de R\$117.701 para quitação de parte dos créditos da CRC vencidos.

#### **e) Negociações com o Governo do Estado**

O Governo do Estado está elaborando uma nova proposta para regularização dos pagamentos do contrato da CRC. Esta nova proposta contempla um novo aditivo contratual, com repactuação da forma e prazo de pagamento do contrato que viabilizem o pagamento integral da CRC através da retenção dos valores devidos de dividendos ao Governo do Estado.

### **13) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS**

Através das Leis Federais nºs 10.637 e 10.833 foram alteradas as bases de cálculo e majoração das alíquotas do PIS-PASEP/COFINS. Em função destas alterações, ocorreu um crescimento nas despesas com PIS-PASEP de dezembro de 2002 a junho de 2005 e nas despesas com COFINS de fevereiro de 2004 a junho de 2005.

A ANEEL, através de correspondência enviada à CEMIG, reconhece o direito da Cemig Distribuição ser ressarcida dos custos adicionais com PIS-PASEP/COFINS mencionados no parágrafo anterior.

Desta forma, a Cemig Distribuição registrou, de acordo com critério definido pela ANEEL, os créditos como um Ativo Realizável a Curto e Longo Prazos e em contrapartida reduzindo a despesa com PIS-PASEP/COFINS.

Parte do ativo regulatório, no montante de R\$155.619, será ressarcida através das tarifas em 3 anos, contados a partir de 8 de abril de 2005. Os critérios para ressarcimento dos valores restantes serão ainda definidos pela ANEEL.

A Cemig Geração e Transmissão reconheceu, no terceiro trimestre de 2005, uma complementação ao ativo regulatório no valor de R\$27.416, em 30 de setembro de 2005, referente ao aumento nas despesas com PIS-PASEP/COFINS referente à atividade de transmissão de energia elétrica. A ANEEL está reembolsando a Companhia através do reajuste nas tarifas de receita de uso da rede ocorrido em julho de 2005 de forma provisória.

#### 14) – INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2005	30/06/2005	30/09/2005	30/06/2005
Em Sociedades Controladas-				
Cemig Geração e Transmissão S.A.	-	-	3.272.850	3.054.470
Cemig Distribuição S.A.	-	-	3.065.646	2.854.913
Sá Carvalho S.A.	-	-	105.288	99.686
Infovias	-	-	266.444	265.576
GASMIG	-	-	92.274	86.369
Rosal Energia S.A.	-	-	112.101	107.694
Horizontes Energia S.A.	-	-	69.609	68.012
Usina Térmica Ipatinga S.A.	-	-	70.090	68.258
Companhia Transleste de Transmissão	-	-	10.000	10.000
Efficientia S.A.	-	-	2.935	2.837
Companhia Transudeste de Transmissão	-	-	4.920	2.472
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	2.398	2.398
Cemig PCH S.A.	-	-	49.158	49.259
Cemig Capim Branco Energia S.A.	-	-	27.767	26.420
UTE Barreiro S.A.	-	-	11.918	11.918
Central Termelétrica de Cogeração S.A.	-	-	4.035	4.785
Companhia Transirapé de Transmissão	-	-	5.198	2.971
Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A.	-	-	3.108	483
Cemig Trading S.A.	-	-	40	40
	-	-	7.175.779	6.718.561
Em Consórcios	945.653	933.974	-	-
Ágio na Aquisição de Participação na Infovias S.A.	8.671	8.951	8.671	8.951
Ágio na Aquisição de Participação na Rosal Energia S.A	36.534	37.521	36.534	37.521
Em Outros Investimentos	8.847	9.146	3.731	3.748
	999.705	989.592	48.936	50.220
	<b>999.705</b>	<b>989.592</b>	<b>7.224.715</b>	<b>6.768.781</b>

a) As principais informações sobre as investidas são como segue:

Sociedades Controladas/Coligadas	Quantidade de Ações	Em 30 de setembro de 2005			Janeiro a Setembro de 2005	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	3.272.850	137.000	513.065
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	3.065.646	107.000	910.648
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	105.288	-	14.738
Infovias	331.066.000	99,94	331.066	229.354	-	2.810
GASMIG	186.030.754	55,19	67.543	167.185	-	19.494
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.944	112.101	-	13.490
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.257	69.609	-	4.373
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	70.090	-	5.306
Companhia Transleste de Transmissão	33.051.000	25,00	40.000	40.000	-	-
Efficientia	3.742.249	100,00	3.742	2.935	-	94
Companhia Transudeste de Transmissão	301.000	24,00	14.711	14.711	-	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	50.000	51,00	51	4.653	-	-
Cemig PCH	1.000	100,00	1	49.158	-	-
Cemig Capim Branco Energia	1.000	100,00	1	27.767	-	-
UTE Barreiro	1.000	100,00	1	11.918	-	-
Central Termelétrica de Cogeração	1.000	100,00	1	4.035	5.455	4.028
Companhia Transirapé de Transmissão	1.000	24,40	19.116	19.116	-	-
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	1.000	100,00	1	3.108	659	3.096
Cemig Trading	10.000	100,00	10	40	-	-

Sociedades Controladas/Coligadas	Quantidade de Ações	Em 30 de junho de 2005			Janeiro a Setembro de 2004	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.259.029.390	100,00	2.259.029	3.054.470	-	-
Cemig Distribuição	475.761.214	100,00	475.761	2.854.913	-	-
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	99.686	16.446	17.286
Infovias	331.066.000	99,94	331.066	223.729	-	(22.403)
GASMIG	186.030.754	55,19	67.543	148.581	-	25.947
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.944	107.694	-	-
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.257	68.012	604	1.739
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	68.258	5.190	3.170
Companhia Transleste de Transmissão	33.051.000	25,00	40.000	40.000	-	-
Efficientia	3.742.249	100,00	3.742	2.837	-	(1.625)
Companhia Transudeste de Transmissão	301.000	24,00	301	8.851	-	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	50.000	51,00	51	3.699	-	-
Cemig PCH	1.000	100,00	1	49.259	-	-
Cemig Capim Branco Energia	1.000	100,00	1	26.420	-	-
UTE Barreiro	1.000	100,00	1	11.918	-	-
Central Termelétrica de Cogeração	1.000	48,50	1	9.849	-	3.770
Companhia Transirapé de Transmissão	1.000	24,40	201	12.126	-	-
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	1.000	48,50	1	907	-	-
Cemig Trading	10.000	100,00	10	40	-	-

A movimentação dos investimentos na controladora é a seguinte:

	<u>30.06.2005</u>	<u>Equivalência Patrimonial</u>	<u>Adições</u>	<u>Dividendos Propostos</u>	<u>Outros</u>	<u>30.09.2005</u>
Cemig Geração e Transmissão	3.054.470	218.380	-	-	-	3.272.850
Cemig Distribuição	2.854.913	210.733	-	-	-	3.065.646
Sá Carvalho	99.686	5.602	-	-	-	105.288
Infovias	265.576	869	-	-	(1)	266.444
GASMIG	86.369	5.477	-	-	428	92.274
Rosal Energia	107.694	4.407	-	-	-	112.101
Horizontes Energia	68.012	1.597	-	-	-	69.609
Usina Térmica Ipatinga	68.258	1.832	-	-	-	70.090
Companhia Transleste de Transmissão	10.000	-	-	-	-	10.000
Efficientia	2.837	98	-	-	-	2.935
Companhia Transudeste de Transmissão	2.472	-	2.448	-	-	4.920
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	2.398	-	-	-	-	2.398
Cemig PCH	49.259	-	(101)	-	-	49.158
Cemig Capim Branco Energia	26.420	-	1.347	-	-	27.767
UTE Barreiro	11.918	-	-	-	-	11.918
Central Termelétrica de Cogeração	4.785	1.901	-	(5.455)	2.804	4.035
Companhia Transirapé de Transmissão	2.971	-	2.227	-	-	5.198
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	483	2.662	-	(659)	622	3.108
Cemig Trading	40	-	-	-	-	40
	<u><b>6.718.561</b></u>	<u><b>453.558</b></u>	<u><b>5.921</b></u>	<u><b>(6.114)</b></u>	<u><b>3.853</b></u>	<u><b>7.175.779</b></u>

#### **b) Investimentos na Infovias**

Em 30 de setembro de 2005, a CEMIG possuía adiantamentos para aumento de capital na Infovias, ainda não integralizados, no montante de R\$40.043 (R\$40.140 em 30 de junho de 2005), classificados no saldo de investimentos.

#### **c) Consórcios**

A CEMIG participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da CEMIG, da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	<u>Participação na energia gerada</u>	<u>Taxa Média Anual de Depreciação %</u>	<u>Consolidado 30/09/2005</u>	<u>Consolidado 30/06/2005</u>
Em operação				
Usina de Porto Estrela	33,33%	2,49	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50%	2,51	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00%	2,59	171.856	171.856
Usina de Queimado	82,50%	2,45	193.599	193.599
Depreciação acumulada			<u>(29.352)</u>	<u>(26.531)</u>
Total em operação			430.282	433.103
Em construção				
Usina de Queimado	82,50%		232	220
Usina de Funil	49,00%		8.245	8.147
Usina de Aimorés	49,00%		479.123	466.083
Usinas Capim Branco I e II em construção	21,05%		<u>27.771</u>	<u>26.421</u>
Total em construção			515.371	500.871
<b>Total</b>			<b><u>945.653</u></b>	<b><u>933.974</u></b>

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

## 15) – IMOBILIZADO

	<u>Taxa Média Anual de Depreciação %</u>	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
		<u>30/09/2005</u>	<u>30/06/2005</u>	<u>30/09/2005</u>	<u>30/06/2005</u>
Imobilizações em Serviço					
Geração					
Hidrelétricas	2,45	5.552.505	5.553.222	-	-
Termelétricas	1,56	278.801	278.794	-	-
Transmissão	2,98	1.208.367	1.208.077	-	-
Distribuição	4,68	7.362.048	7.276.732	-	-
Administração e outras	8,89	368.544	365.926	5.475	5.474
Telecomunicações	7,94	372.828	362.917	-	-
Gás	5,96	56.066	48.031	-	-
		<u>15.199.159</u>	<u>15.093.699</u>	<u>5.475</u>	<u>5.474</u>
Depreciação e Amortização Acumulada					
Geração		(2.515.142)	(2.481.029)	-	-
Transmissão		(542.802)	(533.868)	-	-
Distribuição		(3.350.665)	(3.287.455)	-	-
Administração e outras		(234.913)	(228.541)	(3.543)	(3.406)
Telecomunicações		(106.681)	(99.175)	-	-
Gás		(13.347)	(13.036)	-	-
		<u>(6.763.550)</u>	<u>(6.643.104)</u>	<u>(3.543)</u>	<u>(3.406)</u>
		<u>8.435.609</u>	<u>8.450.595</u>	<u>1.932</u>	<u>2.068</u>

Imobilizações em Curso

Geração	1.112.222	1.027.930	-	-
Transmissão	69.964	50.649	-	-
Distribuição	779.300	500.157	-	-
Administração e outras	121.533	113.826	5.640	6.471
Telecomunicações	5.573	12.621	-	-
Gás	26.750	28.594	-	-
	<u>2.115.342</u>	<u>1.733.777</u>	<u>5.640</u>	<u>6.471</u>
<b>Total do Imobilizado</b>	<b><u>10.550.951</u></b>	<b><u>10.184.372</u></b>	<b><u>7.572</u></b>	<b><u>8.539</u></b>

Obrigações Especiais

Geração	(79)	(79)	-	-
Transmissão	(1.601)	(1.601)	-	-
Distribuição	<u>(1.857.358)</u>	<u>(1.837.512)</u>	-	-
	<u>(1.859.038)</u>	<u>(1.839.192)</u>	-	-
<b>Total do Imobilizado Líquido</b>	<b><u>8.691.913</u></b>	<b><u>8.345.180</u></b>	<b><u>7.572</u></b>	<b><u>8.539</u></b>

As Obrigações Especiais referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, sendo que a eventual liquidação destas obrigações depende de disposição da ANEEL, no término das concessões de Distribuição, mediante redução do valor residual do Ativo Imobilizado para fins de determinação do valor que o Poder Concedente pagará à Concessionária. Conforme práticas contábeis e regulamentação específicas do setor elétrico brasileiro, os referidos valores não são atualizados ou sujeitos a amortização ou depreciação.

Encontra-se registrado em Imobilizações em Curso – Geração o montante de R\$1.039.575 referente à construção da usina de Irapé (R\$944.036 em 30 de junho de 2005).

**16) – FORNECEDORES**

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2005	30/06/2005	30/09/2005	30/06/2005
<b>Curto Prazo</b>				
Suprimento de Energia Elétrica -				
Eletrobrás – Energia de Itaipu	152.802	161.617	-	-
Furnas	55.945	49.905	-	-
CCEE/MAE	62.455	190.329	-	-
Repasse aos Geradores	104.922	102.800	-	-
Outros Geradores e Distribuidores	95.156	84.633	-	-
	<u>471.280</u>	<u>589.284</u>	-	-
Materiais e Serviços	140.695	133.905	4.410	1.481
	<u>611.975</u>	<u>723.189</u>	<u>4.410</u>	<u>1.481</u>
<b>Longo Prazo</b>				
Suprimento de Energia Elétrica -				
CCEE/MAE	79.108	-	-	-
Repasse aos Geradores	259.849	240.409	-	-
	<u>338.957</u>	<u>240.409</u>	-	-

Em função do acordo estabelecido entre a CEMIG, ANEEL e agentes do mercado, os valores devidos a CCEE/MAE deverão ser pagos no prazo de até 50 meses, com atualização pela variação da SELIC e 1,00% de juros ao ano. Vide maiores comentários na nota explicativa nº 7.

## 17) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2005	30/06/2005	30/09/2005	30/06/2005
<b>Curto prazo</b>				
Imposto de Renda	71.654	77.008	82	14.303
Contribuição Social	32.352	9.139	-	2
ICMS	230.223	215.581	23.450	23.457
COFINS	33.223	72.596	-	20.500
PASEP	7.189	15.703	-	4.401
INSS	11.767	11.353	-	-
TDFR (*)	26.217	-	-	-
Outros	14.477	9.737	2.096	779
	<u>427.102</u>	<u>411.117</u>	<u>25.628</u>	<u>63.442</u>
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	157.442	-	-	-
Contribuição Social	56.679	-	-	-
COFINS	43.450	-	-	-
PASEP	9.433	-	-	-
	<u>267.004</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<b><u>694.106</u></b>	<b><u>411.117</u></b>	<b><u>25.628</u></b>	<b><u>63.442</u></b>
<b>Longo prazo</b>				
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	508.763	656.478	46.633	44.520
Contribuição Social	179.810	232.956	16.788	16.027
COFINS	132.219	176.349	15.708	15.066
PASEP	28.053	37.633	2.758	2.618
	<u>848.845</u>	<u>1.103.416</u>	<u>81.887</u>	<u>78.231</u>

(\*) Taxa de Licenciamento para uso ou ocupação da faixa de domínio das rodovias. Refere-se a ocupação de faixa ou de área para a instalação de linha ou rede de transmissão ou distribuição de energia elétrica.

As obrigações diferidas referem-se às obrigações e direitos incidentes sobre os ativos e passivos vinculados ao Acordo Geral do Setor Elétrico e outros ativos regulatórios, os quais são devidos à medida da realização desses ativos e passivos.

## 18) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Consolidado			30/06/2005
				30/09/2005	30/06/2005	30/06/2005	Total
				Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>							
ABN AMRO Bank - N. III	2013	6,00	US\$	1.704	111.110	112.814	117.520
ABN AMRO Real S.A. I, II e III	2009	6,35	US\$	9.354	56.387	65.741	68.786
Banco BNL do Brasil S.A.	2004/2005	Libor + 0,50	US\$	-	-	-	(25)
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	1997/2024	Diversas	US\$	23.031	137.248	160.279	166.447
Banco do Brasil S.A. VI	2009	3,90	JPY	2.312	75.944	78.256	83.875
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	1984/2006	7,67	US\$+UC	5.121	-	5.121	10.427
Banco Itaú - S.A. I	2004/2007	Libor + 3,25	US\$	-	-	-	80.856
Banco Paribas I	2002/2012	5,89	EURO	3.095	16.366	19.461	22.708
Banco Paribas II	2008/2013	Libor + 1,875	US\$	1.811	64.517	66.328	68.951
KFW	2001/2016	4,50	EURO	1.990	18.503	20.493	21.586
Siemens LTDA. II	2003/2005	9,97	US\$	-	-	-	9.552
UNIBANCO I, II e IV	2007/2009	6,50	US\$	2.975	159.201	162.176	168.735
UNIBANCO V	2009	5,50	US\$	95	4.530	4.625	4.825
UNIBANCO III	2009	5,00	US\$	326	19.072	19.398	20.259
MBK Furukawa Sistemas S.A. / UNIBANCO	2002/2008	Libor + 5,45	US\$	15.926	27.350	43.276	44.115
Toshiba do Brasil S.A.	2002/2009	Libor + 6,00	US\$	1.338	11.862	13.200	14.253
Outros	1997/2007	Diversas	Diversas	4.222	12.597	16.819	13.786
<b>Dívida em Moeda Estrangeira</b>				<b>73.300</b>	<b>714.687</b>	<b>787.987</b>	<b>916.656</b>
<b>MOEDA NACIONAL</b>							
Banco Credit Suisse First Boston S.A. I e II	2006	100,00 do CDI	R\$	233	66.001	66.234	66.216
Banco Credit Suisse First Boston S.A. III	2010	CDI + 1,70	R\$	337	75.000	75.337	75.342
Banco do Brasil I e II	2009	111,00 do CDI	R\$	21.802	118.820	140.622	133.583
Banco do Brasil III	2013	CDI + 1,70	R\$	11.456	176.612	188.068	164.733
Banco Itaú - BBA II	2008	IGP-M + 10,50	R\$	6.063	196.093	202.156	200.061
Banco Itaú - BBA III e VI	2008	CDI + 2,00	R\$	19.396	100.000	119.396	113.409
Banco Itaú - BBA VII	2013	CDI + 1,70	R\$	8.113	184.102	192.215	101.991
Banco Votorantim S.A. I	2010	113,00 do CDI	R\$	3.022	54.371	57.393	54.457
Banco Votorantim S.A. II, III, IV	2013	CDI + 1,70	R\$	3.412	100.053	103.465	61.637
BNDES	2003/2008	SELIC + 1,00	R\$	114.754	203.994	318.748	343.594
Bradesco I, II e III	2013	CDI + 1,70	R\$	733	14.788	15.521	17.553
Bradesco IV	2013	CDI + 1,70	R\$	12.874	211.037	223.911	213.009
Debêntures I (2)	2005/2006	IGP-M + 12,70	R\$	599.600	485.948	1.085.548	1.069.074
Debêntures II - Governo do Estado de M.G.	2027/2029	IGP-M	R\$	-	79.660	79.660	80.851
Debêntures III (2)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	8.543	246.484	255.027	252.360
ELETROBRÁS I	2013	FINEL + 6,50	R\$	15.433	97.503	112.936	117.503
ELETROBRÁS II	2005	IGP-M + 10,00	R\$	13.507	-	13.507	27.092
ELETROBRÁS III	2023	UFIR, RGR + 5,00 a 8,00	R\$	26.414	114.227	140.641	147.589
Grandes Consumidores - TELEMIG/ C.V.R.D.	1982/2011	Diversas	R\$	3.344	4.158	7.502	8.276
Santander	2013	CDI + 1,70	R\$	2.702	78.682	81.384	48.430
UNIBANCO I	2009	CDI + 2,98	R\$	10.097	104.095	114.192	108.214
UNIBANCO II	2013	CDI + 1,70	R\$	3.885	138.235	142.120	56.253
UNIBANCO III (3)	2013	CDI + 1,70	R\$	4.907	73.587	78.494	74.672
Outros	1994/2009	Diversas	R\$	20.359	32.863	53.222	60.582
<b>Dívida em Moeda Nacional</b>				<b>910.986</b>	<b>2.956.313</b>	<b>3.867.299</b>	<b>3.596.481</b>
<b>Total Geral Consolidado</b>				<b>984.286</b>	<b>3.671.000</b>	<b>4.655.286</b>	<b>4.513.137</b>

(1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano;

*libor* semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88 % ao ano.

(2) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência (quirografia), nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Fazem jus a remuneração anual definida em processo de "bookbuilding".

(3) Empréstimos da controladora.

A CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, objetivando promover o alongamento do perfil da dívida, encaminharam a várias instituições financeiras convites para a apresentação de ofertas de empréstimos no montante de até R\$74 milhões, R\$941 milhões e R\$527 milhões, respectivamente, a serem utilizados para o refinanciamento das obrigações com vencimento no período de junho a dezembro de 2005.

Dentre as propostas ofertadas a que apresentou o menor custo para o volume de recursos necessários, foi àquela composta pelo seguinte grupo de bancos: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A. e Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.. Do montante disponibilizado foram utilizados, até 30 de setembro 2005, R\$74 milhões pela CEMIG, R\$173 milhões pela Cemig Geração e Transmissão e R\$426 milhões pela Cemig Distribuição.

Os recursos captados serão amortizados do 5º ao 8º ano subsequente à utilização dos recursos, em parcelas anuais de mesmo valor, com custos estipulados pela variação do CDI + 1,70% a.a., sendo os encargos pagos anualmente.

Foram disponibilizados para a CEMIG e suas subsidiárias recursos adicionais, no montante de até R\$677 milhões, nas mesmas condições de prazo, para o pagamento de dívidas vincendas a partir de 2006 e outras destinações. Deste valor, R\$118 milhões foram contratados pela Cemig Distribuição, com custo estipulado pela variação do dólar + 6,00% a.a. com SWAP CDI + 1,50% a.a, amortização em 4 parcelas anuais, vencendo-se a primeira em 2010, e juros pagos semestralmente. Outros R\$146 milhões e R\$33 milhões foram contratados pela Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão, respectivamente, no 3º trimestre de 2005, com custo estipulado pela variação do CDI + 1,70% a. a, amortização em 4 parcelas anuais, a primeira com vencimento em 2010, e juros pagos semestralmente.

A distribuição anual da amortização das dívidas a longo prazo é a seguinte:

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>30/09/2005</b>	<b>30/06/2005</b>	<b>30/09/2005</b>	<b>30/06/2005</b>
2006	644.270	717.261	-	-
2007	407.579	432.337	-	-
2008	434.176	443.524	-	-
2009	418.826	429.898	-	-
2010	434.817	372.208	18.397	18.397
2011	291.100	227.754	18.397	18.397
2012	259.884	196.325	18.397	18.397
De 2013 em diante	780.348	725.250	18.396	18.396
	<b>3.671.000</b>	<b>3.544.557</b>	<b>73.587</b>	<b>73.587</b>

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

<b>Moedas</b>	<b>Variação no trimestre findo em 30/09/2005</b>	<b>Variação acumulada em 2005</b>	<b>Indexadores</b>	<b>Variação no trimestre findo em 30/09/2005</b>	<b>Variação acumulada em 2005</b>
	<b>%</b>	<b>%</b>		<b>%</b>	<b>%</b>
Dólar Norte-Americano	(5,45)	(16,28)	IGP-M	(1,52)	0,21
Euro	(6,12)	(26,18)	FINEL	(0,30)	0,04
Yen	(7,62)	(24,51)	CDI	4,73	22,54
Unidade de Conta	(5,39)	(19,84)	SELIC	4,74	22,16

O contrato de financiamento da Infovias com o MBK Furukawa Sistemas S.A./Unibanco, no montante de R\$43.276 em 30 de setembro de 2005, dos quais R\$27.350 estão classificados no Passivo Exigível a Longo Prazo, contém cláusulas restritivas que não foram cumpridas, e portanto poderiam causar o vencimento imediato dos valores devidos. A Infovias obteve o consentimento dos credores deste contrato até 31 de dezembro de 2005. O consentimento afirma que estes credores não irão exercer seus direitos de exigir o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos. Este financiamento está classificado como Passivo Exigível a Curto e Longo Prazo, de acordo com os termos originais do contrato, tendo em vista a obtenção do referido consentimento. O contrato de financiamento conta também com garantia da CEMIG que, se exercida, implicará na conversão do valor pago em ações preferenciais da Infovias.

### **19) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO**

A CEMIG é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes e beneficiários uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A partir de 1º de janeiro de 2005, com a desverticalização da CEMIG, os planos de previdência da FORLUZ passaram a ser patrocinados pela CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição através de uma participação percentual nos ativos e obrigações do plano de 4,92%, 22,63% e 72,45% respectivamente.

A CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

#### **Amortização das Obrigações Atuariais**

Parte da obrigação atuarial com benefícios pós-emprego no montante de R\$1.538.535 em 30 de setembro de 2005 (R\$1.568.830 em 30 de junho de 2005) foi reconhecida como obrigação a pagar pela CEMIG e será amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Parte dos valores é reajustada anualmente com base no indexador atuarial do Plano de Benefício Definido (índice de reajuste salarial dos empregados da CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, excluindo produtividade), e para o Plano Saldado, reajustado pelo IPCA do IPEAD, acrescido de 6% ao ano.

Os superávits técnicos que a FORLUZ venha a apresentar pelo período de três anos consecutivos poderão ser utilizados para a redução de parte das obrigações a pagar pela CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, mencionadas no parágrafo anterior, conforme previsto contratualmente. Assim, o passivo e as despesas reconhecidas pelas Companhias em conexão com o Plano de Suplementação de Aposentadoria, Plano de Saúde e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria</b>	<b>Plano de Saúde</b>	<b>Seguro de Vida</b>
Passivo Líquido em 30 de junho de 2005	945.581	237.966	327.021
Despesa Reconhecida no Resultado	15.962	10.310	12.095
Contribuições Pagas	(52.200)	(5.636)	(1.799)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2005	909.343	242.640	337.317
Curto Prazo	122.202		
Longo Prazo	787.141	242.640	337.317

	<b>Controladora</b>		
	<b>Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria</b>	<b>Plano de Saúde</b>	<b>Seguro de Vida</b>
Passivo Líquido em 30 de junho de 2005	46.523	11.708	13.963
Despesa Reconhecida no Resultado	785	507	595
Contribuições Pagas	(2.568)	(278)	(91)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2005	44.740	11.937	14.467
Curto Prazo	6.012		
Longo Prazo	38.728	11.937	14.467

## 20) – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A CEMIG e suas Controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração da CEMIG acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, quando do desfecho dos respectivos processos, não afetarão de forma relevante o resultado das operações e a posição financeira da CEMIG.

Para aquelas contingências cujos desfechos negativos são considerados prováveis, a Companhia constituiu provisões para perdas, como segue:

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>30/09/2005</b>	<b>30/06/2005</b>	<b>30/09/2005</b>	<b>30/06/2005</b>
Cíveis – Consumidores	143.748	135.399	143.748	135.399
Cíveis – Outras	60.452	38.732	60.452	38.732
Contribuição Social incidente sobre Correção Monetária Complementar	74.785	73.878	74.785	73.878
Finsocial	20.881	20.738	20.881	20.738
Trabalhistas	105.713	97.394	104.039	96.845
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	52.936	51.536	52.936	51.536
Processos Administrativos da ANEEL	5.310	503	5.310	503
Outros	4.562	4.562	4.562	4.562
	<b>468.387</b>	<b>422.742</b>	<b>466.713</b>	<b>422.193</b>

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

**(a) Reclamações Cíveis – Consumidores**

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base nos valores faturados passíveis de questionamento e com base em decisões judiciais recentes.

**(b) Contribuição Social incidente sobre Correção Monetária Complementar**

A CEMIG deduziu quotas de depreciação, amortização e baixas da correção monetária complementar do imobilizado para fins de cálculo da Contribuição Social até 31 de dezembro de 2004. O montante estimado do risco está integralmente provisionado.

**(c) Finsocial**

Em 1994, a CEMIG foi autuada pela Secretaria da Receita Federal em decorrência da exclusão do ICMS da base de cálculo do Finsocial, contribuição incidente sobre o faturamento extinta em 1992. O montante estimado do risco está integralmente provisionado.

A Companhia está discutindo em juízo uma outra ação envolvendo o Finsocial, no montante atualizado de R\$157.168. Foi efetuado um depósito em juízo e uma provisão para perdas ambas pelo valor histórico correspondente a R\$983. Caso a Companhia venha a incorrer em perdas nesta ação, esta será equivalente ao valor presente da ação deduzido o valor provisionado. Da mesma forma, a Cemig terá uma receita financeira equivalente a diferença entre o valor atualizado do depósito e o valor originalmente depositado, o que compensaria o aumento na provisão para perda.

**(d) Trabalhistas**

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos de horas-extras e adicional de periculosidade. O valor total estimado dessas reclamações é de R\$130.049 em 30 de setembro de 2005 (R\$121.056 em 30 de junho de 2005). A CEMIG estima os valores provisionados com base na natureza dos grupos de questionamento e em decisões judiciais recentes.

**(e) Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa**

A constituição da provisão de R\$52.936 (R\$51.536 em 30 de junho de 2005) refere-se à dedução na base de cálculo do IRPJ da despesa da CSLL paga desde janeiro de 1998 até setembro de 2005. A CEMIG possui liminar concedida pela 8ª Vara da Justiça Federal, em 17 de abril de 1998, para não recolhimento deste tributo.

**(f) Processos Administrativos da ANEEL**

A CEMIG foi autuada pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de índices de qualidade no atendimento aos consumidores e outras matérias. A CEMIG recorreu, na esfera administrativa, contra as multas impostas, sendo que as provisões em 30 de setembro de 2005 representam a estimativa de perdas nestas questões.

**(g) Outros**

Outros passivos contingentes provisionados referem-se a questionamentos envolvendo o Governo Federal, sobre a discussão da constitucionalidade de certos tributos federais e outras reclamações, consideradas normais ao curso das operações.

**(h) Ações com avaliação de perda possível ou remota**

A CEMIG discute em juízo outras ações para as quais considera ser possível ou remota sua expectativa de perda no desfecho das causas, sendo os detalhes das ações mais relevantes descritos a seguir:

**(i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Benefícios Pós-Emprego**

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um Auto de Infração, no montante atualizado de R\$277.522, em função da utilização de créditos fiscais que resultaram na retificação, para redução dos impostos a pagar, das declarações de imposto de renda de 1997, 1998 e 1999. As declarações de imposto de renda foram retificadas como resultado da mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego. As obrigações pós-emprego adicionais que resultaram das alterações na forma de contabilização foram reconhecidas nos exercícios fiscais retificados, resultando em prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A CEMIG apresentou um recurso administrativo junto ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda obtendo decisão favorável para os anos de 1997 e 1998 e desfavorável em relação ao ano de 1999. Essa decisão desfavorável implicaria na redução no prejuízo fiscal/base negativa, registrados como créditos tributários no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, no montante histórico de R\$26.631. Os créditos tributários não foram reduzidos e não foi constituída provisão de contingências para fazer face a eventuais perdas em função desta decisão, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para recuperação dos referidos créditos fiscais em defesa na esfera judicial. Desta forma, considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

Os créditos fiscais constituídos, mencionados no parágrafo anterior, foram utilizados pela CEMIG na compensação de impostos e contribuições federais pagos nos exercícios de 2002 e 2003. Devido a este fato, a CEMIG teve o processo de compensação indeferido pela Receita Federal e estaria exposta a uma penalidade adicional de R\$221.837. Com a decisão do Conselho de Contribuintes, mencionada acima, a CEMIG considera que o indeferimento deste processo de compensação torna-se sem efeito. Desta forma, não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas, já que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

A Secretaria da Receita Federal, em função de inspeção efetuada na Declaração de Débitos/Créditos Tributários Federais - DCTF ("DCTF") de 1997 a 2001 da CEMIG durante 2003, emitiu autos de infração, no montante de R\$1.557.089, a valores de 30 de setembro de 2005, alegando falta de recolhimento de tributos, referentes aos exercícios de 1997 a 2001. A CEMIG apresentou pedido de impugnação do auto de infração em função da não consideração e/ou processamento, pela Receita Federal, das DCTF's retificadoras e complementares, protocoladas pela CEMIG, que comprovam a quitação dos tributos e contribuições correspondentes às autuações mencionadas. A Secretaria da Receita Federal ainda não se manifestou sobre o pedido da CEMIG. Não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas com essa autuação, tendo em vista que a CEMIG considera ter argumentos de mérito para defesa na esfera administrativa e caso necessário, na esfera judicial. Desta forma, considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

(ii) COFINS

A CEMIG iniciou questionamentos com relação ao pagamento da COFINS em 1992. Devido à sentença judicial desfavorável, a CEMIG pagou, em 30 de julho de 1999, o montante de R\$239.266. O Governo Federal está alegando que a CEMIG deve R\$206.173, a valores de 30 de setembro de 2005, adicionais referentes a multas e juros pelo não pagamento da COFINS. A CEMIG está contestando tal reclamação. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e conseqüentemente, não são esperadas perdas relativas a essa ação. Considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

(iii) Taxa de Ocupação do Solo

Alguns Municípios do Estado de Minas Gerais estão processando a Companhia pelo não pagamento da Taxa de Ocupação do Solo (taxa cobrada por Municípios devido ao uso de terreno para construção de redes de distribuição). Existem vários processos administrativos relacionados a essa questão com um valor total aproximado de R\$10.215. Não foi contabilizada provisão relacionada a essas demandas, uma vez que a Companhia acredita que possui argumentos de mérito para a defesa contra essas demandas e considera sua expectativa de perda nestas ações como remota.

(iv) ITCMD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

O Estado de Minas Gerais processou a Companhia pelo não pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD referente às contribuições de consumidores no montante de R\$99.554. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. Considera sua expectativa de perda nesta ação como possível.

(v) ICMS

Em 2004, o Governo do Estado impetrou procedimento administrativo contra a Companhia, no montante de R\$46.403 em decorrência da utilização pela CEMIG de créditos de ICMS transferidos por consumidor industrial e que estão sendo questionados pela Receita Estadual. A CEMIG apresentou sua defesa em maio de 2004. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda, e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

(vi) Atos da Agência Reguladora

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG afirmando que a Companhia deve R\$596.304, ao Governo Federal, em decorrência de um alegado erro no cálculo dos créditos da CRC – Conta de Resultados a Compensar, que foram previamente utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 31 de outubro de 2002, a ANEEL emitiu uma decisão administrativa final contra a CEMIG. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu ofício de cobrança no valor de R\$516.246, a ser liquidado pela Companhia até 30 de janeiro de 2004. A CEMIG não efetuou o pagamento por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, por considerar sua expectativa de perda como possível.

(vii) Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores e o promotor público do Estado de Minas Gerais impetraram ações cíveis contra a CEMIG contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo: os subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, a recomposição tarifária extraordinária e o índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003 e solicitando o reembolso em dobro dos montantes considerados cobrados erroneamente pela Companhia. Não é possível, até a presente data, estimar o montante envolvido nestas reclamações. Considera sua expectativa de perda nesta ação como possível.

A Companhia é ré em processo questionando a cobrança da contribuição de iluminação pública. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, pois considera sua expectativa de perda nesta ação como possível.

A CEMIG é ré em alguns processos contestando o Encargo de Capacidade Emergencial. A Companhia coleta o Encargo de Capacidade Emergencial dos seus consumidores em nome da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (“CBEE”), responsável pelo suprimento de energia no caso de deficiências futuras. Não é possível, no momento, estimar o montante envolvido nestas reclamações. Nenhuma provisão foi registrada para estas reclamações, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa e considera sua expectativa de perda nestas ações como remota.

A Companhia está sendo questionada, em conjunto com a Companhia Vale do Rio Doce (“CVRD”), Comercial e Agrícola Paineiras e Companhia Mineira de Metais, através de uma ação movida pelos cidadãos do Estado de Minas Gerais. A ação tem por objetivo anular as licenças ambientais concedidas para as usinas hidrelétricas de Capim Branco I e Capim Branco II. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial e considera sua expectativa de perda nesta ação como possível.

A Companhia está sendo questionada, em conjunto com a CVRD, através de uma ação movida pelos cidadãos do Estado de Minas Gerais. A ação tem por objetivo anular a licença ambiental concedida para a usina hidrelétrica de Aimorés, assim como a respectiva concessão. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

Adicionalmente às questões descritas acima, a CEMIG e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes relacionadas a estas questões que passam a ter efeito adverso na posição financeira e no resultado consolidado das operações da Companhia.

## 21) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Mutação do Patrimônio Líquido:

Saldo em 30 de junho de 2005	<b>8.009.974</b>
Lucro no Trimestre	445.610
Saldo em 30 de setembro de 2005	<b><u>8.455.584</u></b>

Em setembro de 1999, o Governo do Estado de Minas Gerais impetrou ação anulatória, com pedido de tutela antecipada contra o acordo de acionistas celebrado em 1997 com a Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"). Em 07 de agosto de 2001, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, através da sua Câmara Civil, sentenciou como nulo o referido acordo de acionistas. A Southern recorreu da sentença, interpondo embargos declaratórios que foram rejeitados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em outubro de 2001. A decisão final confirmando a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais ocorreu em dezembro de 2003. A decisão do Superior Tribunal de Justiça é passível de ser reformada e, dessa forma, o acordo de acionistas e o controle da CEMIG ainda são passíveis de questionamentos.

## 22) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado					
	(Não revisado pelos auditores independentes)					
	Nº de Consumidores		MWh		R\$	
	30/09/2005	30/09/2004	30/09/2005	30/09/2004	30/09/2005	30/09/2004
Residencial	4.905.831	4.809.393	4.927.351	4.884.515	2.291.627	1.967.825
Industrial	68.968	68.324	17.157.543	17.222.951	2.164.400	2.648.056
Comércio, Serviços e Outros	536.182	528.986	2.785.454	2.606.594	1.120.834	921.466
Rural	407.675	383.765	1.412.153	1.307.811	347.563	281.629
Poder Público	47.158	46.058	420.178	386.558	161.319	130.206
Iluminação Pública	2.201	2.126	763.170	753.808	183.962	159.777
Serviço Público	7.376	7.246	731.763	713.889	172.985	145.856
Sub-Total	<u>5.975.391</u>	<u>5.845.898</u>	<u>28.197.612</u>	<u>27.876.126</u>	<u>6.442.690</u>	<u>6.254.815</u>
Consumo Próprio	771	1.322	21.389	40.107	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	-	-	72.635	44.752
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	22.801	18.513
	<u>5.976.162</u>	<u>5.847.220</u>	<u>28.219.001</u>	<u>27.916.233</u>	<u>6.538.126</u>	<u>6.318.080</u>
Suprimento a Outras						
Concessionárias	9	5	958.353	307.956	68.979	19.004
Transações com energia na CCEE/MAE	-	-	-	-	90.525	10.990
<b>Total</b>	<b><u>5.976.171</u></b>	<b><u>5.847.225</u></b>	<b><u>29.177.354</u></b>	<b><u>28.224.189</u></b>	<b><u>6.697.630</u></b>	<b><u>6.348.074</u></b>

### Consumidores de Baixa Renda

O Governo Federal, através das Centrais Elétricas Brasileiras – “ELETROBRÁS” reembolsa as distribuidoras pelas perdas de receita verificadas, em função dos critérios adotados a partir de 2002 para classificação dos consumidores na Subclasse Residencial Baixa Renda, tendo em vista a tarifa mais baixa aplicada em suas contas de energia elétrica.

### **23) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS**

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>30/09/2005</b>	<b>30/09/2004</b>	<b>30/09/2005</b>	<b>30/09/2004</b>
Fornecimento de Gás	195.255	332.007	-	-
Subvenção da Conta de Consumo de Combustível	453	11.482	-	11.482
Serviço Taxado	8.511	6.244	-	6.244
Serviço de Telecomunicações e TV a Cabo	59.162	44.436	-	-
Outras Prestações de Serviços	13.125	14.079	-	13.669
Aluguel e Arrendamento	28.391	17.342	1.777	17.342
Outras	3.701	884	-	887
	<b>308.598</b>	<b>426.474</b>	<b>1.777</b>	<b>49.624</b>

A redução na receita com fornecimento de gás decorre da alienação de 40% do capital das Gasmig em dezembro de 2004.

### **24) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL**

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>30/09/2005</b>	<b>30/09/2004</b>	<b>30/09/2005</b>	<b>30/09/2004</b>
ICMS	1.634.493	1.324.857	-	1.261.805
COFINS	453.579	398.466	-	380.769
Reserva Global de Reversão – RGR	77.883	144.998	-	144.322
PIS-PASEP	100.130	91.217	18	87.062
Encargo de Capacidade Emergencial	145.989	214.167	-	210.482
Encargo de Aquisição de Energia Emergencial	-	11.285	-	11.056
Outras	1.097	1.982	-	332
	<b>2.413.171</b>	<b>2.186.972</b>	<b>18</b>	<b>2.095.828</b>

A Cemig Distribuição recolhe o ICMS incidente sobre a RTE em conformidade ao faturamento dos valores na conta de energia elétrica.

O Encargo de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial em 2004 refere-se aos custos incorridos pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, na aquisição de energia elétrica em janeiro de 2004 em função do baixo nível dos reservatórios naquela data. Os custos foram rateados entre os consumidores finais de energia elétrica de forma proporcional ao consumo individual verificado.

**25) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>30/09/2005</b>	<b>30/09/2004</b>	<b>30/09/2005</b>	<b>30/09/2004</b>
Pessoal	632.196	604.158	45.987	593.165
Participações dos Empregados	61.804	36.749	3.410	36.701
Obrigações Pós-Emprego	115.103	80.182	5.663	80.182
Materiais	65.679	63.978	329	56.308
Serviços de Terceiros	289.409	236.841	10.536	232.926
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.187.747	1.075.463	-	1.075.399
Depreciação e Amortização	444.224	434.935	407	399.507
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos				
Hídricos	110.340	66.957	-	65.873
Provisões Operacionais	116.329	90.496	2.445	89.938
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	305.104	219.384	-	219.384
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	556.466	398.880	-	398.879
Gás Comprado para Revenda	115.896	216.190	-	-
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da				
Recomposição Tarifária Extraordinária	23.075	6.970	23.075	6.970
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	219.546	164.857	-	164.857
Outras Despesas Operacionais	163.300	133.967	381	111.359
	<b>4.406.218</b>	<b>3.830.007</b>	<b>92.233</b>	<b>3.531.448</b>

<b>DESPESAS COM PESSOAL</b>	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>30/09/2005</b>	<b>30/09/2004</b>	<b>30/09/2005</b>	<b>30/09/2004</b>
Remunerações e Encargos	584.955	583.266	28.761	571.346
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	38.999	33.052	2.440	33.052
Benefícios Assistenciais	54.905	53.522	1.734	51.929
	678.859	669.840	32.935	656.327
( - ) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(61.430)	(89.490)	-	(86.970)
	617.429	580.350	32.935	569.357
Programa de Desligamento Incentivado	14.767	23.808	13.052	23.808
<b>Total Despesa com Pessoal</b>	<b>632.196</b>	<b>604.158</b>	<b>45.987</b>	<b>593.165</b>

<b>SERVIÇO DE TERCEIROS</b>	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>30/09/2005</b>	<b>30/09/2004</b>	<b>30/09/2005</b>	<b>30/09/2004</b>
Agentes Arrecadadores/Leitura de Medidores	61.800	56.501	-	56.499
Comunicação	32.365	34.682	625	33.332
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos				
Elétricos	44.821	37.187	-	33.779
Conservação e Limpeza de Prédios	19.288	15.465	28	14.846
Mão de Obra Contratada	15.914	11.353	10	9.198
Fretes e Passagens	2.041	3.279	125	2.995
Hospedagem e Alimentação	10.963	10.251	195	10.036
Vigilância	10.104	10.032	3	9.953
Consultoria	11.734	5.858	4.659	4.670
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	9.663	12.290	68	12.285
Manutenção e Conservação de Veículos	3.433	3.869	-	3.500
Corte e Religação	11.578	5.950	-	5.950
Outros	55.705	30.124	4.823	35.883
	<b>289.409</b>	<b>236.841</b>	<b>10.536</b>	<b>232.926</b>

ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	Consolidado		Controladora	
	30/09/2005	30/09/2004	30/09/2005	30/09/2004
Energia de Itaipu Binacional	677.313	895.924	-	895.924
Energia de curto prazo	16.430	39.726	-	39.721
Encargos do serviço de sistema	61.503	40.017	-	40.017
Contratos Iniciais	172.696	85.435	-	85.435
Energia adquirida no Leilão	250.306	-	-	-
Outros	9.499	14.361	-	14.302
	<b>1.187.747</b>	<b>1.075.463</b>	<b>-</b>	<b>1.075.399</b>

PROVISÕES OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	30/09/2005	30/09/2004	30/09/2005	30/09/2004
Prêmio de Aposentadoria	2.170	1.582	(3.252)	1.582
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	47.929	44.408	(35.665)	43.850
Contingências Trabalhistas	(5.106)	14.715	(6.763)	14.715
Processos Administrativos da ANEEL	57	11.183	57	11.183
Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	58.300	1.236	58.300	1.236
ICMS - Racionamento	-	7.896	-	7.896
Outras	12.979	9.476	(10.232)	9.476
	<b>116.329</b>	<b>90.496</b>	<b>2.445</b>	<b>89.938</b>

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	30/09/2005	30/09/2004	30/09/2005	30/09/2004
Arrendamentos e Aluguéis	28.330	23.539	151	15.975
Gasto com Eficiência Energética	17.179	14.950	-	14.623
Propaganda e Publicidade	21.197	14.725	878	12.408
Consumo Próprio de Energia Elétrica	6.845	15.310	-	13.218
Combustível para Produção de Energia Elétrica	454	11.482	-	11.482
Subvenções e Doações	13.003	11.636	372	11.622
Taxa de Fiscalização da ANEEL	17.577	13.654	-	13.471
Concessão Onerosa	6.286	6.161	-	6.065
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	2.191	5.022	46	4.133
TDFR	26.217	-	-	-
Contribuição ao MAE	2.007	1.936	216	1.936
Seguros	3.651	3.915	97	3.725
Recuperação de Despesas e Outros	18.363	11.637	(1.379)	2.701
	<b>163.300</b>	<b>133.967</b>	<b>381</b>	<b>111.359</b>

## 26) – RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	Consolidado		Controladora	
	30/09/2005	30/09/2004	30/09/2005	30/09/2004
Renda de Aplicação Financeira	115.958	91.863	41.452	82.214
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	50.739	46.650	-	46.650
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	263.876	453.527	263.876	453.527
Provisão para Perdas Referentes Atualização Financeira de Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	(135.970)	(257.259)	(135.970)	(257.259)
Variação Monetária da CVA	95.152	98.656	-	98.656
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	343.795	226.969	23.075	226.969
Variação Monetária – Reajuste Tarifário Diferido	186.177	61.808	-	61.808
Variações Cambiais	203.863	34.486	7	27.636
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(57.006)	(6.113)	(24.704)	(5.914)
Ganhos com Instrumentos Financeiros (nota 28)	4.363	1.312	-	1.312
Outras	28.659	20.109	5.440	18.468
	<b>1.099.606</b>	<b>772.008</b>	<b>173.176</b>	<b>754.067</b>

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2005	30/09/2004	30/09/2005	30/09/2004
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(403.433)	(279.139)	(15.370)	(272.089)
Varição Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(93.612)	(40.438)	-	(40.438)
Varição Monetária da CVA	(30.449)	(21.555)	-	(21.555)
Variações Cambiais	(16.622)	(19.830)	(26)	(12.748)
Varição Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(5.792)	(102.393)	(1.204)	(102.393)
C.P.M.F.	(48.108)	(32.948)	(7.091)	(31.504)
Perdas com Instrumentos Financeiros (nota 28)	(162.580)	(101.406)	-	(101.406)
Outras	(76.035)	(22.795)	(17.887)	(21.041)
	<u>(836.631)</u>	<u>(620.504)</u>	<u>(41.578)</u>	<u>(603.174)</u>
Juros sobre Capital Próprio	(283.000)	(300.000)	(283.000)	(300.000)
	<u>(20.025)</u>	<u>(148.496)</u>	<u>(151.402)</u>	<u>(149.107)</u>

Os encargos financeiros e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre os empréstimos e financiamentos vinculados a obras, no 3º trimestre de 2005, nos montantes de R\$20.992 e R\$811, respectivamente, foram transferidos para as rubricas de Ativo Imobilizado (R\$29.684 de encargos financeiros e R\$25.488 de variações monetárias/cambiais no 3º trimestre de 2004).

## 27) – ICMS INCIDENTE SOBRE A TARIFA PELO USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

A CEMIG, não cobrava, dos seus consumidores livres, o ICMS incidente sobre a Tarifa pelo Uso do Sistema de Distribuição (“TUSD”) e encargos de conexão, por considerar que não havia fato gerador além da ausência de previsão legal para a inclusão desses valores na base de cálculo do ICMS.

Entretanto, em 2005, ocorreu a manifestação da Secretaria do Estado da Fazenda de Minas Gerais (“SEF/MG”) exigindo o recolhimento do ICMS sobre a TUSD, de forma retroativa a 2000, sob pena de lavrar auto de infração contra a Companhia.

A CEMIG, de forma preventiva, fez o levantamento dos valores de ICMS incidentes sobre a TUSD e encargos de conexão no período de julho de 2000 a maio de 2005, apurando um valor de principal de R\$174.905 que acrescidos de multa e juros de R\$45.999, representou o montante de R\$220.904.

Tendo em vista que a eventual emissão do auto de infração pela SEF/MG implicaria em um aumento substancial do valor da multa, a Companhia decidiu adotar os seguintes procedimentos:

- Proceder o recolhimento dos valores de ICMS exigidos pela SEF/MG, no montante de R\$220.904;
- Destacar o ICMS nas notas fiscais de TUSD a partir de junho de 2005; e,
- Emitir fatura contra os seus consumidores livres para recolhimento do ICMS sobre a TUSD, não incluindo juros e multas, retroativo a julho de 2000, sendo estabelecidas condições para a quitação parcelada do débito.

Adicionalmente, a Cemig Distribuição ingressou com medida judicial para questionar a incidência do ICMS sobre a TUSD e encargos de conexão, requerendo a restituição dos valores pagos ao Estado de Minas Gerais.

Os valores a serem recebidos dos consumidores referentes ao ICMS pago estão registrados na conta de Transporte de Energia a Receber.

## 28) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da CEMIG e suas controladas são como segue:

	30/09/2005				
	Cemig Distribuição S.A.	Cemig Geração e Transmissão S.A.	Governo do Estado de Minas Gerais	FORLUZ	Outros
<b>ATIVO</b>					
<b>Circulante</b>					
Consumidores e Revendedores	-	-	2.551	-	-
Tributos Compensáveis- ICMS a Recuperar	-	-	66.593	-	-
<b>Realizável a Longo Prazo</b>					
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	-	-	1.147.470	-	-
Tributos Compensáveis - ICMS a Recuperar	-	-	143.624	-	-
Consumidores e Revendedores	-	-	46.162	-	-
Créditos com Pessoas Ligadas	30.815	5.838	-	-	4.076
<b>PASSIVO</b>					
<b>Circulante</b>					
Impostos, Taxas e Contribuições - ICMS	-	-	230.223	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	-	-	140.201	-	-
Obrigações Pós-Emprego	-	-	-	122.202	-
Outras Obrigações- Repasse de Contribuições	-	-	-	10.808	-
<b>Exigível a Longo Prazo</b>					
Debêntures	-	-	79.660	-	-
Obrigações Pós-Emprego	-	-	-	1.367.098	-
<b>RESULTADO</b>					
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	-	-	37.169	-	-
Deduções à Receita Operacional – ICMS	-	-	(1.324.857)	-	-
Despesa com Obrigações Pós-emprego	-	-	-	(115.103)	-
Despesa com Pessoal – Contribuições para suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	-	-	-	(38.999)	-
<b>Receita Financeira-</b>					
Juros e Variação Monetária auferidos com o Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	-	-	263.876	-	-
Provisão para Perdas com o Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	-	-	(135.970)	-	-
<b>Despesa Financeira</b>					
Variação Monetária – Debêntures	-	-	(1.191)	-	-
<b>Despesa não Operacional</b>					
Custeio Administrativo da Forluz	-	-	-	380	-

30/06/2005					
	Cemig Distribuição S.A.	Cemig Geração e Transmissão S.A.	Governo do Estado de Minas Gerais	FORLUZ	Outros
<b>ATIVO</b>					
<b>Circulante</b>					
Consumidores e Revendedores	-	-	5.454	-	-
Tributos Compensáveis- ICMS a Recuperar	-	-	50.654	-	-
<b>Realizável a Longo Prazo</b>					
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	-	-	1.120.653	-	-
Tributos Compensáveis - ICMS a Recuperar	-	-	142.390	-	-
Consumidores e Revendedores	-	-	48.086	-	-
Créditos com Pessoas Ligadas	23.085	75.916	-	-	17.718
<b>PASSIVO</b>					
<b>Circulante</b>					
Impostos, Taxas e Contribuições - ICMS	-	-	215.581	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	-	-	77.412	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas	-	3.288	-	-	-
Obrigações Pós-Emprego	-	-	-	120.502	-
Outras Obrigações- Repasse de Contribuições	-	-	-	10.796	-
<b>Exigível a Longo Prazo</b>					
Debêntures	-	-	80.851	-	-
Obrigações Pós-Emprego	-	-	-	1.390.066	-
<b>30/09/2004</b>					
	Cemig Distribuição S.A.	Cemig Geração e Transmissão S.A.	Governo do Estado de Minas Gerais	FORLUZ	Outros
<b>RESULTADO</b>					
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	-	-	28.814	-	-
Outras Receitas Operacionais	-	-	360	-	-
Deduções à Receita Operacional – ICMS	-	-	(1.324.857)	-	-
Provisões Operacionais – ICMS	-	-	-	-	-
Racionamento	-	-	(7.896)	-	-
Despesa com Obrigações Pós-emprego	-	-	-	(80.182)	-
Despesa com Pessoal – Contribuições para suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	-	-	-	(33.052)	-
Receita Financeira-					
Juros e Variação Monetária auferidos com o Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	-	-	453.527	-	-
Provisão para Perdas com o Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	-	-	(257.259)	-	-
Despesa Financeira					
Variação Monetária – Debêntures	-	-	(5.137)	-	-

Os valores informados referentes às transações com o Governo do Estado de Minas Gerais e a Forluz estão apresentados de forma consolidada. Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 5, 9, 12, 17, 18, 19, 22, 24, 25 e 26.

O saldo de consumidores e revendedores referente ao Governo do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$46.162 em 30 de setembro de 2005 a curto e longo prazos, inclui os valores a receber da COPASA, que foram renegociados para pagamento em 96 meses.

## 29) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia e controladas estão restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Empréstimos, Financiamentos e Debêntures e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG e suas controladas têm o propósito de proteger as operações das empresas contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos realizados e não realizados nestas operações acumulavam perdas líquidas, de janeiro a setembro de 2005 e 2004, nos montantes de R\$158.217 e R\$100.094, respectivamente, registradas no resultado financeiro.

O reconhecimento do resultado líquido não realizado nas operações com instrumentos derivativos é feito pelo regime de competência de exercícios, o que pode gerar diferenças quando comparado com o valor estimado de mercado de tais instrumentos. Esta diferença decorre do fato do valor de mercado compreender o reconhecimento a valor presente dos ganhos ou perdas futuros a serem incorridos nas operações, de acordo com a expectativa do mercado no momento em que o valor de mercado é apurado.

O quadro abaixo apresenta os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG e suas controladas, os ganhos/(perdas) não realizados, registrados, e a respectiva estimativa do valor de mercado destes instrumentos em 30 de setembro de 2005:

Direito da CEMIG	Obrigação da CEMIG	Período de Vencimento	Valor principal contratado - milhares	30 de setembro de 2005	
				Valor Contábil	Valor Estimado de Mercado
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,48% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (2,00% a.a. a 3,01% a.a.)	De 10/2005 até 06/2013	US\$158.125	(107.585)	(116.667)
¥ (Yen Japonês) variação cambial + taxa (3,90 % a.a.)	R\$ atrelado a variação do CDI (111,00% CDI)	De 12/2009	¥3.878.825	(36.889)	(38.189)
R\$ 100% do CDI	R\$ ou US\$ 60% do CDI ou variação cambial (o que for maior)	De 10/2006 a 11/2006	(US\$22.976)	92	74
R\$ 106% do CDI	R\$ ou US\$ 48% do CDI ou variação cambial (o que for maior)	De 10/2006 a 11/2006	(US\$29.245)	195	154
				<b>(144.187)</b>	<b>(154.628)</b>

### 30) – EVENTOS SUBSEQUENTES

#### Acordo coletivo de Trabalho

Em outubro de 2005, a CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição estabeleceram negociações com as entidades sindicais para assinatura de acordo coletivo a vigorar a partir de 1º de novembro de 2005. Entre as principais cláusulas do acordo assinado, foi estabelecido um reajuste salarial de 7,57% e a distribuição extraordinária de participação nos resultados correspondente a 4 remunerações mensais (montante aproximado de R\$170 milhões). Os impactos financeiros do acordo coletivo serão registrados no 4º trimestre de 2005.

#### Pagamento de Juros sobre o capital próprio

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 27 de outubro de 2005, deliberou um novo pagamento de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício de 2005, a ser compensado no cálculo do dividendo obrigatório, no montante de R\$195.000, o que corresponde a R\$1,20 (um real e vinte centavos) por lote de mil ações, antes do imposto de renda na fonte, cujo pagamento deverá ser em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho de 2006 e a segunda até 30 de dezembro de 2006.

Farão jus ao referido benefício todos os titulares de ações constantes do Livro de Registro de Ações Nominativas em 8 de novembro de 2005, com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, ressalvados os acionistas dispensados de retenção, nos termos da legislação em vigor.

### 31) – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2005	30/09/2004	30/09/2005	30/09/2004
<b>DAS OPERAÇÕES</b>				
Lucro Líquido do Período	1.487.200	934.841	1.487.200	934.841
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa				
Depreciação e Amortização	444.224	434.935	407	399.507
Baixas de Imobilizado Líquidas	9.231	15.431	-	15.431
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(1.491.146)	(24.698)
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	(857.221)	(633.063)	(240.800)	(641.935)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(81.227)	110.246	20.314	110.106
Reajuste Tarifário Diferido	(591.010)	(329.192)	-	(329.192)
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS	(74.708)	-	-	-
Provisões (Reversão) Operacionais	65.384	118.109	(19.867)	117.551
Obrigações Pós-Emprego	115.102	80.182	5.662	80.182
Provisão para Perdas com o Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	135.970	257.259	135.970	257.259
Outros	5.588	(111)	736	167
	<u>658.533</u>	<u>988.637</u>	<u>(101.524)</u>	<u>919.219</u>

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2005	30/09/2004	30/09/2005	30/09/2004
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(157.729)	(217.998)	35.665	(190.810)
Revendedores – Transações no CCEE/MAE	211.260	43.520	-	43.520
Recomposição Tarifária Extraordinária –				
Recebimento dos Consumidores	212.479	227.154	-	227.154
Tributos Compensáveis	(176.009)	(18.486)	(92.995)	(12.451)
Outros Ativos Circulantes	(57.897)	(34.784)	(23.232)	(38.805)
Transporte de Energia a Receber	(280.728)	-	-	-
Amortização do Contrato de Cessão de Créditos da Conta de Resultado a Compensar - CRC	77.141	-	77.141	-
Despesas Antecipadas – CVA	201.817	18.958	-	18.958
Outros Realizáveis a Longo Prazo	34.042	24.533	72.580	24.552
	<u>64.376</u>	<u>42.897</u>	<u>69.159</u>	<u>72.118</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(41.412)	(30.875)	(4.518)	(57.814)
Impostos, Taxas e Contribuições	454.943	140.205	(257.019)	132.209
Salários e Encargos Sociais	(3.398)	(8.070)	(43.553)	(8.960)
Encargos Regulatórios	7.608	(24.133)	(17.570)	(23.825)
Empréstimos e Financiamentos	(99.585)	106.648	(2.843)	114.190
Obrigações Pós-Emprego	(179.083)	(162.863)	(10.940)	(162.863)
Outros	113.886	146.098	(136.111)	143.943
	<u>252.959</u>	<u>167.010</u>	<u>(472.554)</u>	<u>136.880</u>
<b>CAIXA GERADO PELAS (APLICADO NAS) OPERAÇÕES</b>	<u>975.868</u>	<u>1.198.544</u>	<u>(504.919)</u>	<u>1.128.217</u>
<b>ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>				
Financiamentos Obtidos	1.031.428	777.161	73.587	777.161
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(349.645)	(799.307)	(55.273)	(788.275)
Dividendos Recebidos de Controladas	-	-	268.003	22.240
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(316.059)	(8.853)	(316.059)	(8.853)
	<u>365.724</u>	<u>(30.999)</u>	<u>(29.742)</u>	<u>2.273</u>
<b>TOTAL DE INGRESSO (APLICAÇÃO) DE RECURSOS</b>	<u>1.341.592</u>	<u>1.167.545</u>	<u>(534.661)</u>	<u>1.130.490</u>
<b>INVESTIMENTOS</b>				
Em Investimentos	(48.858)	(101.034)	(70.806)	(132.073)
No Imobilizado	(935.280)	(598.952)	637	(554.363)
Obrigações Especiais – Contribuições do Consumidor	44.323	100.702	-	100.702
No Diferido	(1.076)	(187)	-	-
	<u>(940.891)</u>	<u>(599.471)</u>	<u>(70.169)</u>	<u>(585.734)</u>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA</b>	<u><b>400.701</b></u>	<u><b>568.074</b></u>	<u><b>(604.830)</b></u>	<u><b>544.756</b></u>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA</b>				
No início do exercício	896.223	440.481	828.786	366.390
No fim do exercício	1.296.924	1.008.555	223.956	911.146
	<u><b>400.701</b></u>	<u><b>568.074</b></u>	<u><b>(604.830)</b></u>	<u><b>544.756</b></u>

## 32) – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Segue abaixo demonstração do resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2005, segregando os resultados das novas subsidiárias constituídas em 1º de janeiro de 2005, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

O resultado da Cemig Holding não inclui o ganho de equivalência patrimonial.

DESCRIÇÃO	Cemig Holding	Cemig Geração e Transmissão	Cemig Distribuição	Demais Coligadas e Controladas	Eliminações	Consolidado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	-	1.547.120	5.410.202	94.977	(354.669)	6.697.630
Reajuste Tarifário Diferido	-	-	591.010	-	-	591.010
Receita de Uso da Rede	-	285.146	863.830	-	-	1.148.976
Outras Receitas Operacionais	1.777	6.905	39.668	265.046	(4.798)	308.598
Deduções à receita operacional	(18)	(369.245)	(1.972.136)	(71.772)	-	(2.413.171)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>1.759</b>	<b>1.469.926</b>	<b>4.932.574</b>	<b>288.251</b>	<b>(359.467)</b>	<b>6.333.043</b>
<b>Despesa Operacional</b>						
Pessoal	(45.987)	(127.741)	(444.903)	(13.565)	-	(632.196)
Participações dos Empregados	(3.410)	(13.173)	(45.157)	(64)	-	(61.804)
Obrigações Pós-Emprego FORLUZ	(5.663)	(26.048)	(83.392)	-	-	(115.103)
Materiais	(329)	(10.589)	(52.106)	(2.655)	-	(65.679)
Serviços de Terceiros	(10.536)	(47.081)	(210.236)	(24.887)	3.331	(289.409)
Energia Comprada para Revenda	-	(4.532)	(1.534.055)	(2.987)	353.827	(1.187.747)
Depreciação e Amortização	(407)	(136.335)	(270.729)	(36.753)	-	(444.224)
Royalties	-	(82.952)	(24.989)	(2.399)	-	(110.340)
Provisões Operacionais	(2.445)	(1.579)	(112.521)	216	-	(116.329)
Consumo de Combustível - C.C.C	-	(21.823)	(283.281)	-	-	(305.104)
Encargos de Uso da Rede	-	(91.980)	(462.943)	(2.385)	842	(556.466)
Conta de Desenvolvimento Energético	-	(12.505)	(207.041)	-	-	(219.546)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	(115.896)	-	(115.896)
Provisão para Perdas na Realização da RTE	(23.075)	-	-	-	-	(23.075)
Outras Despesas Líquidas	(381)	(37.571)	(117.473)	(9.342)	1.467	(163.300)
	<b>(92.233)</b>	<b>(613.909)</b>	<b>(3.848.826)</b>	<b>(210.717)</b>	<b>359.467</b>	<b>(4.406.218)</b>
<b>Receitas (Despesas) Financeiras</b>	<b>(151.402)</b>	<b>(282.110)</b>	<b>160.882</b>	<b>8.605</b>	<b>244.000</b>	<b>(20.025)</b>
<b>Resultado não Operacional</b>	<b>(11.462)</b>	<b>(4.395)</b>	<b>(23.442)</b>	<b>584</b>	<b>-</b>	<b>(38.715)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes da Tributação</b>	<b>(253.338)</b>	<b>569.512</b>	<b>1.221.188</b>	<b>86.723</b>	<b>244.000</b>	<b>1.868.085</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(33.608)	(193.447)	(417.540)	(20.071)	-	(664.666)
Reversão de Juros Sobre Capital Próprio	283.000	137.000	107.000	-	(244.000)	283.000
Participações de Minoritários	-	-	-	781	-	781
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(3.946)</b>	<b>513.065</b>	<b>910.648</b>	<b>67.433</b>	<b>-</b>	<b>1.487.200</b>

## COMENTÁRIO DE DESEMPENHO CONSOLIDADO

A partir deste trimestre, a CEMIG está apresentando o comentário de desempenho consolidado com duas diferentes análises. A primeira, no padrão anterior, comparando o resultado acumulado do ano com o mesmo período do exercício anterior. A segunda análise refere-se ao comentário do desempenho do terceiro trimestre de 2005 em comparação com as principais variações em relação ao segundo trimestre de 2005 e ao terceiro trimestre de 2004.

### ANÁLISE DO RESULTADO CONSOLIDADO NO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2005 EM COMPARAÇÃO AO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2004.

Valores em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma.

#### Lucro do Período

A CEMIG apresentou, no período de janeiro a setembro de 2005, um lucro líquido de R\$1.487.200, em comparação ao lucro líquido consolidado de R\$934.841 no período de janeiro a setembro de 2004.

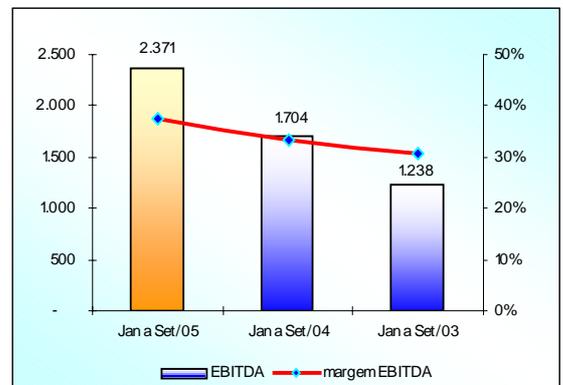
#### EBITDA

O EBITDA da CEMIG no período de janeiro a setembro de 2005 foi de R\$2.371.049 comparado a R\$1.704.293 no mesmo período do ano anterior, um aumento de 39,12%.

O crescimento do EBITDA deve-se, principalmente, aos reajustes tarifários em abril de 2004 e 2005 e da receita com reajuste tarifário diferido registrada em 2005. O melhor desempenho verificado em 2005 refletiu-se na margem do EBITDA, que passou de 33,42% de janeiro a setembro de 2004 para 37,44% no mesmo período de 2005.

**O lucro aumentou 59,09% em relação ao período anterior.**

**A CEMIG apresenta crescimento constante do EBITDA e da Margem do EBITDA.**



### Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$6.697.630 no período de janeiro a setembro de 2005 em comparação a R\$6.348.074 no período de janeiro a setembro de 2004, representando um aumento de 5,51%.

Este resultado decorreu basicamente dos seguintes fatores:

- Reajuste médio nas tarifas de 14,00% a partir de 8 de abril de 2004 (efeito integral no resultado do exercício de 2005);
- Reajuste médio nas tarifas de 23,88% a partir de 8 de abril de 2005.

Para efeito de comparação, deve ser evidenciado que, a partir de janeiro de 2005, parcela representativa dos grandes consumidores industriais passaram a condição de “livres”. Desta forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres passaram a ser cobrados separadamente, com o registro na rubrica de “Receita de uso da rede” no montante de R\$863.830. Em 2004, os valores da TUSD compunham a receita total com fornecimento de energia elétrica. Se adicionarmos a receita de TUSD à receita com fornecimento de energia elétrica, verifica-se um crescimento na receita de 19,11%.

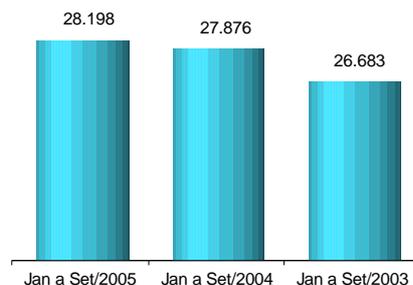
A quantidade de energia elétrica vendida a consumidores finais cresceu 1,15%; 28.197.612 MWh no período de janeiro a setembro de 2005 comparados a 27.876.126 MWh no mesmo período de 2004. Dentre as principais classes de consumo, a residencial e a comercial apresentaram aumentos de 0,88% e 6,86%, respectivamente, sendo que a industrial reduziu 0,38%.

#### Receita com suprimento (incluindo transações com energia livre no CCEE/MAE)

Em função do maior volume de energia comercializada no CCEE/MAE, a receita com suprimento de energia elétrica aumentou de R\$29.994 no período de janeiro a setembro de 2004 para R\$159.504 no período de janeiro a setembro de 2005.

**Ocorreu um crescimento constante na quantidade de energia vendida.**

#### Energia Vendida (GWh) (Consumidores Finais)



#### Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh)

Classes de Consumo	MWh		
	jan a set/05	jan a set/04	Var %
Residencial	4.927.351	4.884.515	0,88
Industrial	17.157.543	17.222.951	(0,38)
Comércio, Serviços e Outros	2.785.454	2.606.594	6,86
Rural	1.412.153	1.307.811	7,98
Poder Público	420.178	386.558	8,70
Iluminação Pública	763.170	753.808	1,24
Serviço Público	731.763	713.889	2,50
<b>Total</b>	<b>28.197.612</b>	<b>27.876.126</b>	<b>1,15</b>

**Reajuste Tarifário Diferido**

Em abril de 2005 foi divulgado, de forma retroativa a abril de 2003, o resultado da revisão tarifária periódica da CEMIG, implicando em um direito de recomposição nas tarifas de 44,41%.

O reajuste médio aplicado às tarifas em 8 de abril de 2003 foi de 31,53%. Para compensar a CEMIG pela receita a menor faturada de abril de 2003 a abril de 2005, a ANEEL incluirá nos reajustes tarifários até 2007 um percentual adicional.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a CEMIG tem direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores em 2005 foi reconhecida como um ativo regulatório em contrapartida ao resultado do exercício, no montante de R\$591.010.

O valor registrado em 2004 decorre do resultado provisório da revisão tarifária da CEMIG, indicando um reajuste de 37,86% nas tarifas. Em função desta divulgação, a CEMIG reconheceu no resultado de 2004 uma receita de R\$329.192, utilizando o mesmo critério mencionado nos parágrafos anteriores.

**Receita de uso da rede**

A Receita de uso da rede apresentou um crescimento de 529,24%, no montante de R\$966.379 (R\$1.148.976 em 2005 em comparação a R\$182.597 em 2004).

Este aumento decorreu basicamente da receita de TUSD da Cemig Distribuição, no montante de R\$863.830, advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida pela Cemig Geração e Transmissão.

Compõe ainda o saldo desta rubrica a receita em função da utilização das instalações componentes da rede básica de transmissão da CEMIG pelos geradores e distribuidores de energia elétrica participantes do sistema interligado brasileiro, conforme valores definidos através de Resolução pela ANEEL (R\$285.146 em 2005 em comparação a R\$182.597 em 2004).

**O reajuste da revisão tarifária de 44,41% retroativo a 2003, impactou positivamente o resultado em 2005 com uma receita de reajuste tarifário diferido no montante de R\$591.010.**

**A receita com TUSD em 2005 foi de R\$863.830.**

***Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)***

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$4.406.218 no período de janeiro a setembro de 2005 comparados a R\$3.830.007 no período de janeiro a setembro de 2004, representando um aumento de 15,04%. Este resultado decorre principalmente da variação de custos não controláveis que foram repassados para a tarifa como energia comprada para revenda, CDE, CCC e encargos de uso da rede. Vide maiores informações na nota explicativa nº 25 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

A partir de 26 de outubro de 2001, as diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados "CVA") utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente realizados são compensados nos reajustes tarifários subseqüentes, sendo registrados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo como despesas antecipadas. Vide maiores informações na nota explicativa nº 8 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

***Os custos não controláveis foram os principais responsáveis pelos aumentos das despesas operacionais da CEMIG em 2005.***

**CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS CONSOLIDADAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2005**

	Despesa operacional sem os efeitos da CVA	Valores de CVA transferidos para o resultado do período (*)	Valores de CVA excluídos do resultado do período (**)	Despesa efetiva reconhecida no resultado do período
Pessoal, Administradores e Conselheiros	632.196	-	-	632.196
Participações dos Empregados	61.804	-	-	61.804
Obrigações Pós-Emprego	115.103	-	-	115.103
Materiais	65.679	-	-	65.679
Serviços de Terceiros	289.409	-	-	289.409
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.066.233	155.073	(33.559)	1.187.747
Depreciação e Amortização	444.224	-	-	444.224
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	85.352	26.372	(1.384)	110.340
Provisões Operacionais	116.329	-	-	116.329
Conta de Consumo de Combustível – CCC	342.857	(3.254)	(34.499)	305.104
Encargos de Uso da Rede de Transmissão	470.264	81.708	4.494	556.466
Gás Comprado para Revenda	115.896	-	-	115.896
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	200.775	22.267	(3.496)	219.546
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da RTE	23.075	-	-	23.075
Outras Despesas Operacionais	163.300	-	-	163.300
<b>Total</b>	<b>4.192.496</b>	<b>282.166</b>	<b>(68.444)</b>	<b>4.406.218</b>

(\*) Referem-se aos custos não controláveis que compõem a CVA que foram transferidos para o resultado em função das suas inclusões no cálculo do reajuste tarifário da CEMIG.

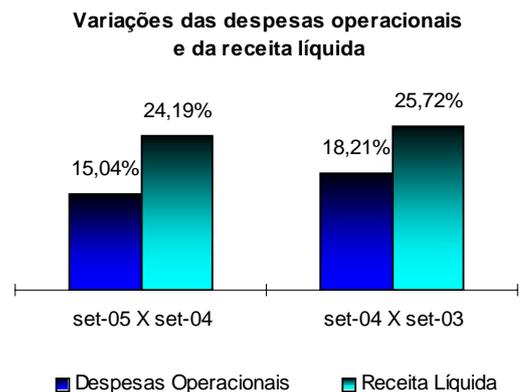
(\*\*) Referem-se as variações dos custos não controláveis que compõem a CVA e que não foram incluídos no cálculo do reajuste tarifário da CEMIG, sendo então excluídas do resultado.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal no período de janeiro a setembro de 2005 foi de R\$632.196, comparados a R\$604.158 no período de janeiro a setembro de 2004, representando um aumento de 4,64%. Este resultado decorre substancialmente do reajuste médio de 7,00% nos salários dos empregados da CEMIG em novembro de 2004 sendo que, em contrapartida ocorreu uma redução em 2005, dos gastos com pessoal transferidos para o custo de obras em andamento. Vide maiores informações na nota explicativa nº 25 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

**As despesas operacionais aumentaram em proporções menores que a receita líquida.**



#### Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.187.747 de janeiro a setembro de 2005, comparados a R\$1.075.463 no período de janeiro a setembro de 2004, representando um aumento de 10,44%. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa. Vide maiores informações na nota explicativa nº 25 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

#### Depreciação/Amortização

A despesa com depreciação e amortização não apresentou variação relevante na comparação entre os períodos, R\$444.224 de janeiro a setembro de 2005 comparado a R\$434.935 de janeiro a setembro de 2004, representando uma variação de 2,14% decorrente substancialmente da entrada em operação de novas redes e linhas de distribuição e da usina de Queimado.

#### Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R\$115.103 no período de janeiro a setembro de 2005, comparados a R\$80.182 no período de janeiro a setembro de 2004, representando um aumento de 43,55%. Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da CEMIG, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A mudança em 31 de dezembro de 2004, da taxa de desconto das obrigações futuras, de 8,00% para 6,00%, implicou em um aumento no valor presente das obrigações atuariais, o que justifica o aumento nas despesas em 2005.

#### Provisões Operacionais

As provisões operacionais foram de R\$116.329 no período de janeiro a setembro de 2005 comparadas a R\$90.496 no período de janeiro a setembro de 2004, um aumento de 28,55%. Este aumento nas provisões decorre, principalmente dos seguintes fatores:

- ❑ Reversão de provisões para contingências trabalhistas em 2005, no montante de R\$5.106, comparada a uma provisão de R\$14.715 em 2004.
- ❑ Provisão de contingências jurídicas – ações cíveis em 2005 no montante de R\$58.300, comparada a uma provisão de R\$1.236 em 2004.

Vide maiores informações na nota explicativa nº 25 das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2005.

#### Conta de Consumo de Combustível – CCC

A despesa com CCC foi de R\$305.104 no período de janeiro a setembro de 2005 comparados a R\$219.384 no período de janeiro a setembro de 2004, representando um aumento de 39,07%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

#### Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A despesa com encargos de uso da rede de transmissão foi de R\$556.466 no período de janeiro a setembro de 2005, comparados a R\$398.880 no período de janeiro a setembro de 2004, representando uma variação de 39,51%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido através de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

### Gás Comprado para Revenda

O custo com compra de gás para revenda foi de R\$115.896 no período de janeiro a setembro de 2005 comparado a R\$216.190 no período de janeiro a setembro de 2004, uma redução de 46,39%. Este resultado decorre basicamente da alteração no critério de consolidação da GASMIG. Em função da alienação de 40,00% do capital para a Petrobrás e a assinatura de acordo de acionistas, a GASMIG passou a ser consolidada de forma proporcional à participação da CEMIG no empreendimento, no percentual de 55,19%.

### Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A despesa com CDE foi de R\$219.546 no período de janeiro a setembro de 2005 comparado a R\$164.857 no período de janeiro a setembro de 2004, um aumento de 33,17%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

### Outras Despesas Operacionais

As outras despesas operacionais foram de R\$163.300 no período de janeiro a setembro de 2005 comparado a R\$133.967 no período de janeiro a setembro de 2004, um aumento de 21,90%. Este aumento decorre, principalmente, dos valores registrados no terceiro trimestre referentes à Taxa de Domínio de Faixa de Rodovias no montante de R\$26.217, em 2005.

### **Receitas (Despesas) Financeiras**

O resultado financeiro de janeiro a setembro de 2005 foi uma despesa financeira líquida de R\$20.025, comparada a uma despesa financeira líquida de R\$148.496 de janeiro a setembro de 2004. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- ❑ Receita com atualização monetária e juros incidentes sobre as contas a receber do Estado de Minas Gerais, líquidas da provisão para perda, no montante de R\$127.906 de janeiro a setembro de 2005, comparada a R\$196.268 de janeiro a setembro de 2004, representando uma redução de 34,83%. Esta redução deve-se a menor variação do IGP-DI, indexador do contrato, (0,18% de janeiro a setembro de 2005 e 10,06% no mesmo período de 2004).

***O resultado financeiro líquido do período foi uma despesa de R\$20.025. Se excluirmos o efeito dos juros sobre capital próprio o resultado apresenta uma receita de R\$262.975.***

- ❑ Receita com variação monetária e juros incidentes sobre o Reajuste Tarifário Diferido no montante de R\$186.177, comparado a R\$61.808 de janeiro a setembro de 2004. Este resultado deve-se aos novos valores da revisão tarifária da Cemig Distribuição. Vide maiores informações na nota explicativa nº 11 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.
- ❑ Aumento dos encargos com empréstimos e financiamentos no país em função dos critérios de rolagem da dívida da Companhia, com a substituição de vários contratos de dívida em moeda estrangeira para moeda nacional, a partir do segundo semestre de 2004.
- ❑ Multas e juros do ICMS sobre transporte de energia elétrica pago retroativamente de 2000 a 2005, no montante de R\$45.998.
- ❑ Ganhos líquidos com variações cambiais no período de janeiro a setembro de 2005, no montante de R\$187.241 em comparação a ganhos líquidos de R\$14.656 no período de janeiro a setembro de 2004, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. No período de janeiro a setembro de 2005, o real apresentou uma valorização de 16,28% frente ao dólar norte-americano em comparação a uma valorização de 1,06% no mesmo período de 2004.
- ❑ Perda líquida com instrumentos derivativos utilizados em operações de hedge, no período de janeiro a setembro de 2005, no montante de R\$158.217 comparada a uma perda líquida de R\$100.094 no período de janeiro a setembro de 2004. Esta variação deve-se à valorização do Real frente ao dólar norte-americano, mencionado no item anterior.
- ❑ A Companhia registrou, como despesa financeira, a destinação dos juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos do exercício de 2005, no montante de R\$283.000 (R\$300.000 em 2004).

Vide maiores informações na nota explicativa nº 26 das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2005.

***A desvalorização de 16,28% do dólar norte-americano frente ao Real em 2005 impactou positivamente o resultado financeiro da CEMIG.***

***A CEMIG obteve um ganho cambial no montante de R\$187.241 em 2005. Se excluirmos o efeito das perdas com operações de hedge apresentaremos um ganho líquido de R\$29.024.***

**Imposto de Renda e Contribuição Social**

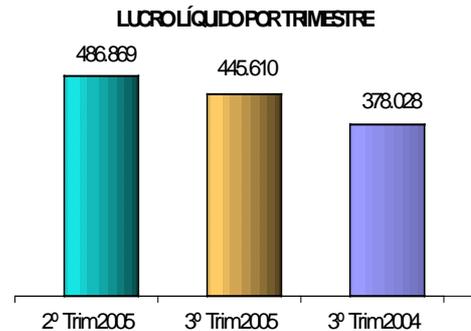
A CEMIG apurou, no período de janeiro a setembro de 2005, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$664.666 em relação ao lucro de R\$1.868.085, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 35,58%. No período de janeiro a setembro de 2004, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$473.982 em relação ao lucro de R\$1.108.472, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 42,76%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10 das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2005.

A CEMIG obteve um ganho fiscal em 2005 no montante de R\$96.220 (R\$102.000 em 2004), em função da destinação de juros sobre o capital próprio, a ser pago aos acionistas em substituição do dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2005. Em 2004, o ganho fiscal em função dos juros sobre o capital próprio foi de R\$102.000.

**A CEMIG apurou ganho fiscal de R\$96.220 em 2005 em função da destinação de juros sobre capital próprio.**

**ANÁLISE DO RESULTADO CONSOLIDADO NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2005 EM COMPARAÇÃO AO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2005 E TERCEIRO TRIMESTRE DE 2004.****Lucro do Período**

A redução de 8,47% no resultado do terceiro trimestre de 2005 em comparação ao segundo trimestre de 2005 deve-se basicamente ao resultado financeiro que representou uma despesa de R\$33.213 no segundo trimestre de 2005 comparada a uma receita de R\$146.623 no terceiro trimestre de 2005 (líquidos dos efeitos dos juros sobre capital próprio).

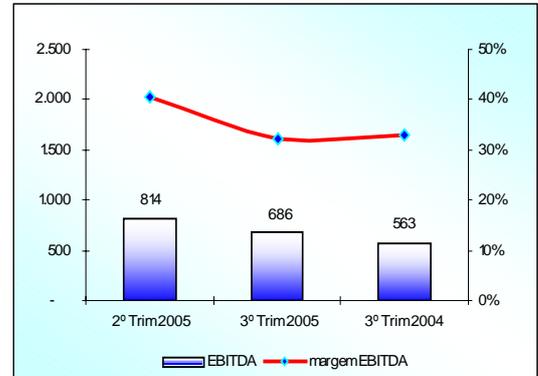


**EBITDA**

A redução do EBITDA no terceiro trimestre de 2005 em relação ao segundo trimestre, no percentual de 15,66%, deve-se ao aumento de 18,82% nas despesas operacionais (R\$1.593.731 no terceiro trimestre de 2005 comparado a R\$1.341.253 no segundo trimestre de 2005) compensado parcialmente pelo aumento da receita operacional líquida de 6,18% (R\$2.131.050 no terceiro trimestre comparado a R\$2.006.996 no segundo trimestre).

O desempenho verificado no terceiro trimestre de 2005 refletiu-se na margem do EBITDA, que passou de 40,53% no segundo trimestre de 2005 para 32,20% no terceiro trimestre. O melhor desempenho no terceiro trimestre de 2005 em relação ao terceiro trimestre de 2004 não refletiu positivamente na margem do EBITDA (32,20% em 2005 comparado a 33,05% em 2004) devido a maior proporção das despesas operacionais em relação à receita líquida no exercício de 2005.

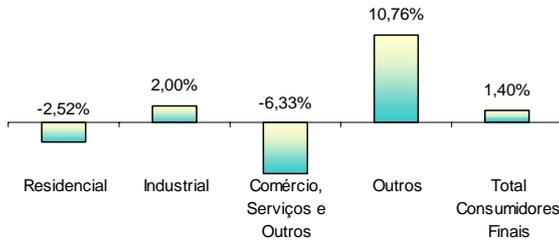
**EBITDA E MARGEM DO EBITDA**  
(Por Trimestre)



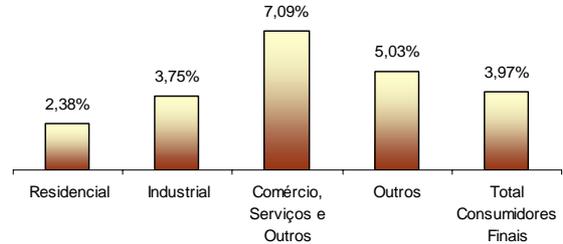
**Fornecimento Bruto de Energia Elétrica**

	MWh			R\$		
	2º trim 2005	3º trim 2005	3º trim 2004	2º trim 2005	3º trim 2005	3º trim 2004
Residencial	1.676.101	1.633.928	1.595.973	781.649	831.931	674.483
Industrial	5.977.769	6.097.394	5.876.918	750.159	774.190	954.914
Comércio, Serviços e Outros	957.081	896.540	837.210	380.569	403.313	312.819
Rural	463.570	583.192	550.593	114.203	144.580	114.236
Poder Público	149.443	143.521	130.157	57.457	60.304	46.203
Iluminação Pública	254.180	256.899	250.814	61.557	66.883	54.897
Serviço Público	245.104	248.364	241.370	58.707	64.341	51.886
<b>Sub-Total</b>	<b>9.723.248</b>	<b>9.859.838</b>	<b>9.483.035</b>	<b>2.204.301</b>	<b>2.345.542</b>	<b>2.209.438</b>
Consumo Próprio	7.178	7.190	13.062	-	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	-	26.548	26.643	16.056
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	5.978	10.268	(11.088)
Suprimento a Outras Concessionárias	418.320	436.769	58.429	39.459	19.417	7.324
Transações com energia no MAE	-	-	-	27.941	31.325	3.177
<b>Total</b>	<b>10.148.746</b>	<b>10.303.797</b>	<b>9.554.526</b>	<b>2.304.227</b>	<b>2.433.195</b>	<b>2.224.907</b>

**Variação Percentual - MWh**  
(3º trim/05 X 2º trim/05)



**Variação percentual - MWh**  
(3º trim/05 X 3º trim/04)



### Receita de uso da rede

As Receitas de uso da rede no terceiro trimestre de 2005 e no segundo trimestre de 2005 foram de R\$399.579 e R\$482.009, respectivamente, sendo registrada uma redução de 17,10%. Esta redução deve-se a cobrança no segundo trimestre de 2005 do ICMS sobre a TUSD, retroativo ao ano de 2000, no valor de R\$220.904. Caso não fosse considerando esta cobrança adicional, a receita de uso da rede apresentaria um crescimento no terceiro trimestre de 2005.

Se comparada a receita de uso da rede do terceiro trimestre de 2005 com o mesmo período de 2004 (R\$58.410), observa-se um aumento de 584,09%. Este aumento decorre da receita de TUSD da Cemig Distribuição, no montante de R\$291.943, que passou a ser registrada nesta rubrica a partir de janeiro de 2005. Em 2004 a TUSD era cobrada na tarifa de fornecimento de energia elétrica.

Compõe ainda o saldo desta rubrica a receita em função da utilização das instalações componentes da rede básica de transmissão da CEMIG pelos geradores e distribuidores de energia elétrica participantes do sistema interligado brasileiro, conforme valores definidos através de Resolução pela ANEEL (R\$107.636 em 2005 no terceiro trimestre de 2005, R\$93.104 no segundo trimestre de 2005 e R\$58.410 no terceiro trimestre de 2004).

### Outras receitas operacionais

	<u>2º trim 2005</u>	<u>3º trim 2005</u>	<u>3º trim 2004</u>
Fornecimento de Gás	69.903	64.345	113.837
Subvenção da Conta de Consumo de Combustível	453	-	5.626
Serviço Taxado	3.033	3.017	2.204
Serviço de Telecomunicações e TV a Cabo	17.906	22.588	15.968
Outras Prestações de Serviços	4.264	5.728	5.820
Aluguel e Arrendamento	3.390	3.600	5.904
Outras	2.939	667	361
	<u><b>101.888</b></u>	<u><b>99.945</b></u>	<u><b>149.720</b></u>

A redução na receita com fornecimento de gás no terceiro trimestre de 2005 em comparação ao segundo trimestre de 2005 e ao terceiro de 2004 decorre da alteração no critério de consolidação da GASMIG. Em função da alienação de 40,00% do capital para a Petrobrás e a assinatura de acordo de acionistas em dezembro de 2004, a GASMIG passou a ser consolidada, em 2005, de forma proporcional à participação da CEMIG no empreendimento, no percentual de 55,19%.

**Deduções a receita operacional**

	<b>2º trim 2005</b>	<b>3º trim 2005</b>	<b>3º trim 2004</b>
ICMS	671.476	556.932	463.461
COFINS	105.126	146.914	141.866
Reserva Global de Reversão – RGR	24.964	26.758	48.292
PIS-PASEP	32.889	30.732	30.814
Encargo de Capacidade Emergencial	54.644	39.929	73.626
Outras	(19)	404	695
	<b>889.080</b>	<b>801.669</b>	<b>758.754</b>

**Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)**

	<b>2º trim 2005</b>	<b>3º trim 2005</b>	<b>3º trim 2004</b>
Pessoal, Administradores e Conselheiros	215.621	192.131	181.024
Participações dos Empregados	20.352	21.078	14.771
Obrigações Pós-Emprego	38.367	38.368	26.728
Materiais	23.454	23.755	20.745
Serviços de Terceiros	106.572	113.056	69.902
Energia Elétrica Comprada para Revenda	301.712	450.968	366.387
Depreciação e Amortização	147.781	148.835	145.218
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	39.217	31.659	31.839
Reversão (Provisões) Operacionais	(23.818)	101.074	(6.214)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	116.553	109.477	78.789
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	182.732	163.262	161.062
Gás Comprado para Revenda	39.721	39.541	73.607
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	81.378	73.285	63.473
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	7.779	8.452	2.501
Outras Despesas Líquidas	43.832	78.790	55.924
	<b>1.341.253</b>	<b>1.593.731</b>	<b>1.285.756</b>

A partir de 26 de outubro de 2001, as diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados “CVA”) utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente realizados são compensados nos reajustes tarifários subseqüentes, sendo registrados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo como despesas antecipadas. Para um melhor entendimento, ver nota explicativa nº 8.

O aumento nos custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) no terceiro trimestre de 2005 em comparação aos demais trimestres demonstrados acima deve-se basicamente aos maiores gastos com energia comprada para revenda.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

	<u>2º trim 2005</u>	<u>3º trim 2005</u>	<u>3º trim 2004</u>
Remunerações e Encargos	196.390	192.999	188.461
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	9.872	11.995	11.079
Benefícios Assistenciais	2.475	19.509	17.879
	<u>208.737</u>	<u>224.503</u>	<u>217.419</u>
( - ) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	7.460	(32.370)	(36.395)
	<u>216.197</u>	<u>192.133</u>	<u>181.024</u>
Programa de Desligamento Incentivado - PDI	(576)	(2)	-
	<u><b>215.621</b></u>	<u><b>192.131</b></u>	<u><b>181.024</b></u>

O aumento no terceiro trimestre de 2005 em relação ao terceiro trimestre de 2004 deve-se ao reajuste médio de 7,00% nos salários dos empregados da CEMIG em novembro de 2004 e do menor valor dos gastos com pessoal transferido para o custo de obras em andamento.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

	<u>2º trim 2005</u>	<u>3º trim 2005</u>	<u>3º trim 2004</u>
Energia de Itaipu Binacional	138.419	220.292	293.153
Energia de curto prazo	3.044	8.329	8.997
Encargos do serviço de sistema	35.148	(1.451)	24.279
Contratos Iniciais	31.877	119.176	29.494
Energia Adquirida no Leilão de Energia	92.555	96.430	-
Outros	669	8.192	10.464
	<u><b>301.712</b></u>	<u><b>450.968</b></u>	<u><b>366.387</b></u>

A despesa com energia elétrica comprada para revenda no terceiro trimestre de 2005 comparado ao segundo trimestre de 2005 apresentou um aumento de 49,47%. No segundo trimestre de 2005 a Cemig efetuou um ajuste nos valores da energia elétrica comprada para revenda que são transferidos para a conta de CVA (retroativo a dezembro de 2004), o que justifica a menor despesa apresentada.

O aumento nos valores registrados referentes a contratos iniciais decorre da constituição de CVA.

Obrigações Pós-Emprego

Na comparação da despesa com obrigações pós-emprego entre o terceiro trimestre de 2005 e o terceiro trimestre de 2004 observamos um aumento de 43,55%, R\$38.367 em 2005 comparado a R\$26.728 em 2004. Esta despesa representa basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da CEMIG, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A mudança em 31 de dezembro de 2004, da taxa de desconto das obrigações futuras, de 8,00% para 6,00%, implicou em um aumento no valor presente das obrigações atuariais, o que justifica o aumento nas despesas em 2005.

Provisões Operacionais

	<u>2º trim 2005</u>	<u>3º trim 2005</u>	<u>3º trim 2004</u>
Prêmio de Aposentadoria	1.658	2.137	2.629
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(13.176)	32.529	22.409
Contingências Trabalhistas	(20.025)	8.319	8.743
Processos Administrativos da ANEEL	(4.616)	4.807	(3.945)
Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	20.029	30.070	(35.566)
Outras	(7.688)	23.212	(484)
	<u><b>(23.818)</b></u>	<u><b>101.074</b></u>	<u><b>(6.214)</b></u>

As provisões operacionais são constituídas em conformidade a expectativa de perda nas ações judiciais contra a Companhia.

Os valores provisionados referentes a contingências jurídicas – Ações Cíveis, referem-se principalmente a ações movidas contra a Companhia requerendo o pagamento de indenizações por danos materiais e morais.

O valor registrado na linha “outras” no terceiro trimestre de 2005, refere-se a crédito a receber de consumidor industrial, que em função da incerteza quanto à sua realização, foi integralmente provisionado.

Gás Comprado para Revenda

O custo com compra de gás para revenda apresentou uma redução de 46,28% na comparação do terceiro trimestre de 2005 com o terceiro trimestre de 2004. Este resultado decorre basicamente da alteração no critério de consolidação da GASMIG. Em função da alienação de 40,00% do capital para a Petrobrás e a assinatura de acordo de acionistas em dezembro de 2004, a GASMIG passou a ser consolidada, em 2005, de forma proporcional à participação da CEMIG no empreendimento, no percentual de 55,19%.

**Receitas (Despesas) Financeiras**

	2º trim 2005	3º trim 2005	3º trim 2004
<b>Receitas Financeiras</b>			
Renda de Aplicação Financeira	24.236	59.687	39.306
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	16.000	19.648	18.179
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	82.086	47.987	155.995
Provisão para Perdas Referentes Atualização Financeira de Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	(40.817)	(21.169)	(87.512)
Variação Monetária da CVA	32.268	33.103	34.093
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	91.864	171.656	84.128
Variação Monetária – Reajuste Tarifário Diferido	18.119	30.487	19.705
Variações Cambiais	132.145	55.775	34.462
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(28.784)	(9.515)	29.011
Ganhos com Instrumentos Financeiros	921	3.442	-
Outras	7.857	15.870	6.191
	<b>335.895</b>	<b>406.971</b>	<b>333.558</b>
<b>Despesas Financeiras</b>			
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(138.374)	(149.942)	(98.867)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(54.157)	(28.039)	(16.935)
Variação Monetária da CVA	(10.361)	(12.583)	(8.063)
Variações Cambiais	(927)	(3.322)	103.416
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(4.634)	20.886	(51.193)
C.P.M.F.	(23.108)	(19.911)	(11.477)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(80.081)	(61.835)	(97.662)
Outras	(57.466)	(5.602)	(3.700)
	<b>(369.108)</b>	<b>(260.348)</b>	<b>(184.481)</b>
Juros sobre Capital Próprio	(283.000)	-	(100.000)
	<b>(316.213)</b>	<b>146.623</b>	<b>49.077</b>

As principais variações entre os trimestres estão relacionadas a seguir:

- A receita com atualização monetária e juros incidentes sobre as contas a receber do Estado de Minas Gerais é impactada basicamente pela variação do IGP-DI, indexador do contrato, que apresentou uma desvalorização de 1,32% no segundo trimestre de 2005, uma desvalorização de 0,20% no terceiro trimestre de 2005 e uma valorização de 2,96% no terceiro trimestre de 2004.
- Ocorreu uma maior receita com variação monetária do acordo geral do setor elétrico no terceiro trimestre de 2005, segundo trimestre de 2005 e terceiro trimestre de 2004, respectivamente. Esta variação decorre da contabilização em setembro de 2005, da atualização, no período de julho de 2003 a setembro de 2005, dos valores a receber pela CEMIG correspondente aos créditos da RTE de energia livre que não estavam sendo atualizados em função das ações da CEMIG questionando da metodologia de cálculo adotada pelo CCEE/MAE. Após a retirada das ações em 2005, os valores foram atualizados retroativamente a julho de 2003 e contabilizados em setembro de 2005. Vide nota explicativa nº 7.

- ❑ Aumento nos encargos com empréstimos e financiamentos no país nos trimestres de 2005 na comparação com o terceiro trimestre de 2004. Estas variações ocorreram devido ao aumento do saldo devedor, considerando os critérios de rolagem da dívida, com a substituição de vários contratos de dívida em moeda estrangeira para moeda nacional, a partir do segundo semestre de 2004.
- ❑ Os ganhos líquidos com variações cambiais são advindos basicamente do impacto da variação do dólar em relação ao real nos saldos dos empréstimos em moeda estrangeira. No terceiro trimestre de 2005, segundo trimestre de 2005 e terceiro trimestre de 2004 o dólar norte-americano apresentou desvalorizações frente ao Real nos percentuais de 5,45%, 11,82% e 8,01%, respectivamente.
- ❑ A Companhia registrou no segundo trimestre de 2005 e no terceiro trimestre de 2004, como despesa financeira, a destinação dos juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos, os montantes de R\$283.000 e R\$100.000, respectivamente.

## **OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES**

Informações não revisadas pelos Auditores Independentes

### **Relações com Investidores**

Adotamos uma política de total transparência em nosso relacionamento com o mercado de capitais. Nosso principal meio de divulgação das informações é a nossa página na internet. Buscamos aprimorar constantemente nossas páginas, seja no Brasil (ri.cemig.com.br) ou no exterior (ir.cemig.com), e nelas divulgamos todas as informações e fatos relevantes da Empresa, em português, inglês e espanhol.

Participamos de seminários e encontros com investidores, congressos no Brasil e no exterior, road shows além de um grande número de reuniões, conference-calls e vídeo-conferências com analistas e investidores. Realizamos, anualmente, um encontro anual com o Mercado de Capitais juntamente com a Apimec.

### **Governança Corporativa**

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa por meio de um equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos. Dessa forma, nosso foco é a criação de valor para o acionista no longo prazo.

Nossa Empresa possui uma estrutura de comitês que garante a tomada de decisões estratégicas a partir de critérios técnicos. A recente estruturação do processo de gerenciamento de riscos e a constituição de um Comitê de Gerenciamento do Risco Corporativo têm o objetivo de reduzir o risco de nosso negócio, diminuindo assim nosso custo de capital.

Adotamos um sistema de rodízio de nossos auditores independentes com periodicidade de cinco anos e não contratamos, com eles, serviços de consultoria.

Em dezembro divulgamos nossa Declaração de Princípios Éticos e o Código de Conduta Profissional. A declaração e o código traduzem a nossa cultura e se alinham com a forma como conduzimos nossos negócios, frente aos desafios de um mercado cada vez mais exigente e competitivo.

Em 2001, aderimos ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa, garantindo aos nossos acionistas as melhores práticas de relacionamento com os investidores. Nesse sentido, nossa empresa também está sujeita ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque).

O acordo de acionistas assinado entre Minas Gerais e a Southern Electric Brasil – SEB, em 1997, encontra-se anulado judicialmente. Os recursos impetrados pela SEB estão em tramitação na justiça federal.

Desde 2002, adotamos uma Política de Divulgação e Uso de Informações, aprovada pelo Conselho de Administração e aplicável a todos os administradores, acionistas controladores, Conselheiros Fiscais e integrantes dos demais órgãos com funções técnicas e consultivas com o objetivo de coibir o uso de informações privilegiadas conforme estabelecido na Instrução 358 da CVM. Divulgamos nossos resultados em BRGAPP e USGAPP.

### **Conselho de Administração**

Nosso Conselho de Administração é composto por 14 membros, sendo oito eleitos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, cinco pela Southern Electric Brasil e um pelos acionistas preferencialistas. Seis de seus membros têm características de conselheiro independente e apenas um dos conselheiros pertence à Diretoria Executiva. Eles têm qualificação em diversas disciplinas: política, economia, negócios, contabilidade, eletricidade e pesquisa e desenvolvimento, observando, assim, a boa prática de trazer para o Conselho uma ampla diversidade de competências e experiências.

O mandato dos conselheiros é de 3 anos sendo que o atual expira em abril de 2006.

Uma relação com os nomes de seus membros está disponível em nossa página da internet: [www.cemig.com.br](http://www.cemig.com.br) item Institucional, subitem Diretoria e Conselhos.

### **Comitê de Auditoria**

O Conselho Fiscal se enquadra nos procedimentos especificados pela Lei Sarbanes-Oxley Act de 2002 no que se refere à atuação como Comitê de Auditoria.

### **Diretoria Executiva**

Nossa Diretoria Executiva é composta por sete membros, eleitos pelo Conselho de Administração com um mandato de três anos. O mandato atual expira em dezembro de 2007. Sua principal responsabilidade é a gestão dos negócios da empresa, obedecendo ao Plano Estratégico Plurianual. Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social.

Uma relação com os nomes e currículos resumidos de seus membros está disponível em nossa página da internet: [www.cemig.com.br](http://www.cemig.com.br) item Institucional, subitem- Diretoria e Conselhos.

### **Conselho Fiscal**

Temos um Conselho Fiscal permanente e estatutário cuja principal responsabilidade é analisar as demonstrações financeiras e manifestar-se aos acionistas a respeito das mesmas.

Uma relação com os nomes de seus membros está disponível em nossa página da internet: [www.cemig.com.br](http://www.cemig.com.br) item Institucional, subitem Diretoria e Conselhos.

### **Procedimentos e Controles Internos**

Estamos aperfeiçoando nossos procedimentos e controles internos para prover informações precisas para a tomada de decisão de administradores e de acionistas. A implementação de sistemas de informações gerenciais computadorizados, construídos dentro das técnicas mais modernas, permite a certificação por nossos executivos da precisão e qualidade das informações divulgadas. Estamos atualizando os dois principais sistemas, em especial aquele dedicado a contabilizar as transações financeiras, envolvendo diversas áreas tais como compras de materiais, equipamentos e serviços, relações humanas, contabilidade e orçamento.

## **Ética**

O Conselho de Administração da CEMIG aprovou a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional com os objetivos de aprimorar o sistema interno de governança corporativa e incrementar a transparência.

A Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional da CEMIG está consolidada em 11 Princípios, que traduzem condutas e valores éticos incorporados à sua cultura. Ela está disponível em nossa página da internet: [ri.cemig.com.br](http://ri.cemig.com.br).

**INDICADORES FINANCEIROS (Dados Consolidados)**

- PATRIMONIAIS

Itens	Unidade	Set/05	Jun/05	Set/04
Valor Patrimonial da ação (lote mil ações)		52,17	49,42	44,38
Valor de Mercado da ação (lote mil ações)	ON PN	67,42 85,00	59,80 74,40	48,89 60,20

- LIQUIDEZ (excluindo-se as obrigações especiais)

Itens	Unidade	Set/05	Jun/05	Set/04
Liquidez Corrente	índice	1,30	1,28	0,86
Liquidez Geral	índice	0,88	0,87	0,81

- ENDIVIDAMENTO (excluindo-se as obrigações especiais)

Itens	Unidade	Set/05	Jun/05	Set/04
Ativo Total	%	55,39	56,14	56,02
Patrimônio Líquido	%	124,47	128,32	127,87
Ativo Permanente	%	108,40	109,90	102,73

- RENTABILIDADE (excluindo-se as obrigações especiais)

Itens	Unidade	Set/05	Jun/05	Set/04
Patrimônio Líquido	%	21,34	14,95	13,00
Imobilizado	%	17,11	12,48	11,63
Margem Operacional	%	30,42	33,07	24,89
Margem Líquida	%	23,48	24,79	18,33

**INDICADORES OPERACIONAIS**

	Set/05	Set/04
Capacidade Instalada (em MW)	6.057	5.912

- EFICIÊNCIA

Itens	Unidade	Set/05	Set/04
MWh (*) / Empregado	MWh	2.823	2.598
Consumidores / Empregados	Nº	578	552

(\*) Excluindo energia de curto prazo

- QUALIDADE DE ATENDIMENTO

Itens	Unidade	Set/05	Set/04
Tempo Médio de Atendimento a Interrupções	horas	4,75	4,06
Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor	horas	8,46	7,13
Freqüência Equivalente de Interrupções por Consumidor	Nº	4,76	4,50

**TARIFA MÉDIA**  
( R\$ / MWh )

Descrição	Incluindo ICMS	
	Set/05	Set/04
Industrial	126,15	153,75
Residencial	465,08	412,03
Comercial	402,39	353,51
Rural	246,12	215,34
Outros	270,62	235,05
<b>Consumidores Finais</b>	<b>228,48</b>	<b>225,98</b>

**POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 30.09.2005**

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL DE AÇÕES	
		%		%		%
Estado de Minas Gerais	36.116.304.884	50,96	97.065	-	36.116.401.949	22,27
Outras Entidades do Estado	12.052.515	0,01	2.771.072.044	3,04	2.783.124.559	1,72
Total						
Controlador Southern Electric Brasil Part. Ltda.	36.128.357.399	50,97	2.771.169.109	3,04	38.899.526.508	23,99
	23.362.956.173	32,96	-	-	23.362.956.173	14,41

**QUOTISTAS DA SOUTHERN ELECTRIC BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA. EM 30.09.2005**

Item	Nome	Quantidade de Quotas	%
1	Cayman Energy Traders	321.480.876	91,75
2	524 Participações S/A	28.913.419	8,25

- 1 – Companhia estrangeira  
2 – Companhia aberta, sendo que o Fundo Opportunity Alfa FIA detém 99,99% do seu capital.

**AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL**

NOME	POSIÇÃO DE AÇÕES			
	30.09.2005		30.09.2004	
	ON	PN	ON	PN
<b>CONTROLADOR</b>	36.128.357.399	2.771.169.109	36.345.563.248	1.207.476.194
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>				
Wilson Nélio Brumer	-	1	-	1
Djalma Bastos de Moraes	-	13.400	-	13.400
Francelino Pereira dos Santos	-	1	-	1
Antônio Adriano Silva	-	1	-	1
Nilo Barroso Neto	-	1	-	1
Oderval Esteves Duarte Filho	-	-	5.099	-
Haroldo Guimarães Brasil	1.000	-	-	-
Carlos Augusto Leite Brandão	1.950	-	1.950	-
Andréa Paula Fernandes	1.950	-	1.950	-
Antônio Luiz Barros de Salles	1.950	-	1.950	-
Aécio Ferreira da Cunha	5.866	1.461	5.866	1.461
Firmino Ferreira Sampaio Neto	-	-	-	1
José Luiz Alquéres	-	1	-	-
José Augusto Pimentel Pessoa	1.950	-	1.950	-
Maria Estela Kubitscheck Lopes	-	1	-	1
Alexandre Heringer Lisboa	-	1	-	1
Fernando Lage de Melo	-	1	-	1
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos	-	290	-	290
Marco Antônio Rodrigues da Cunha	-	1	-	1
Francisco Sales Dias Horta	-	1	-	1
Guilherme Horta Gonçalves Junior	-	1	-	1
Antônio Renato do Nascimento	1	-	-	-
Estácio Gonzaga de Sá	-	-	1	1
Fernando Teixeira Mendes Filho	1.950	-	1.950	-
Andréa Leandro Silva	1.950	-	1.950	-
Carlos Suplicy de Figueiredo Forbes	-	-	4.079	-
Rodrigo Bhering Nascimento	1	-	-	-
Arnaldo José Vollet	-	-	-	1
Guy Maria Vilela Paschoal	2.854	-	-	-
Eduardo Lery Vieira	-	1	-	1
André Luis Garbuglio	-	-	1.000	-
Evandro Veiga Negrão de Lima	1.924.241	-	-	-
Fernando Henrique Schuffner Neto	-	-	-	101.218
Luiz Henrique de Castro Carvalho	-	1	-	-
Franklin Moreira Gonçalves	-	1	-	1

NOME	POSIÇÃO DE AÇÕES			
	30.09.2005		30.09.2004	
	ON	PN	ON	PN
<b>DIRETORIA EXECUTIVA</b>				
Djalma Bastos de Moraes	-	13.400	-	13.400
Francisco Sales Dias Horta	-	1	-	1
Celso Ferreira	1	-	1	-
Flávio Decat de Moura	-	1	-	1
Heleni de Mello Fonseca	1	-	1	-
Elmar de Oliveira Santana	1	-	1	-
José Maria de Macedo	-	112.962	-	112.962
<b>CONSELHO FISCAL</b>				
Luiz Guarita Neto	-	-	-	-
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	-	-	-	-
Luiz Otávio Nunes West	-	-	-	-
Bruno Constantino Alexandre dos Santos	-	-	-	-
Itamaury Teles de Oliveira	-	-	-	-
Thales de Souza Ramos Filho	-	-	-	-
Beatriz Oliveira Fortunato	-	-	-	10
Augusto Cezar Calazans Lopes	-	-	-	-
Ronald Gastão Andrade Reis	-	-	-	-
Marcos Eolo de Lamounier Bicalho	-	-	-	-
Ari Barcelos da Silva	-	-	-	-
Aliomar Silva Lima	-	-	-	-

**AÇÕES EM CIRCULAÇÃO**  
(EXCLUÍDAS AS AÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS)

DATA	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
30.09.2005	34.745.810.524	49,02	88.439.353.590	96,89	123.185.164.114	75,97
30.09.2004	34.528.604.675	48,72	88.439.353.590	96,89	122.967.958.265	75,83

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da  
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG  
Belo Horizonte - MG

1. Efetuamos uma revisão especial das Informações Trimestrais (ITR's) da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e controladas (controladora e consolidado), referentes ao trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2005, elaboradas sob responsabilidade de sua Administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado e o relatório de desempenho.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e nas operações da Companhia e de suas controladas.
3. Baseados em nossa revisão especial, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais referidas no parágrafo 1 acima, para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, especificamente aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais obrigatórias.
4. Conforme descrito nas notas explicativas nº. 6, 7, 8 e 16, às Informações Trimestrais, em 30 de setembro de 2005, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e controladas possuem registrados ativos e passivos relativos às operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (anteriormente MAE). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 30 de setembro de 2005, os quais podem ser modificados em função de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº. 11 às Informações Trimestrais, em 30 de setembro de 2005, em decorrência da revisão tarifária periódica prevista nos contratos de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica, em 7 de abril de 2004, a ANEEL fixou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da Companhia em 37,86%, aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica a partir de 8 de abril de 2003. Em 7 de abril de 2005, a ANEEL alterou esse percentual, em caráter definitivo, para 44,41%. Essa alteração resultou no aumento da receita bruta no montante de R\$ 591.010 mil, registrada no resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2005.
  
6. Os balanços patrimoniais (controladora e consolidado) levantados em 30 de junho de 2005, apresentados para fins de comparação, foram por nós revisados, conforme relatório de revisão especial datado de 29 de julho de 2005, sem ressalvas e contendo parágrafos de ênfase quanto aos assuntos constantes dos parágrafos 4 e 5 acima. As demonstrações do resultado (controladora e consolidada) referentes ao trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2004, apresentadas para fins comparativos, foram por nós revisadas, conforme relatório de revisão especial datado de 28 de outubro de 2004, sem ressalvas e contendo parágrafo de ênfase quanto ao assunto constante do parágrafo 4 acima.

Belo Horizonte, 31 de outubro de 2005

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC-2SP 011.609/O-8 S/MG

Gilberto Grandolpho  
Contador  
CRC-SP 139.572/O-5 S/MG